

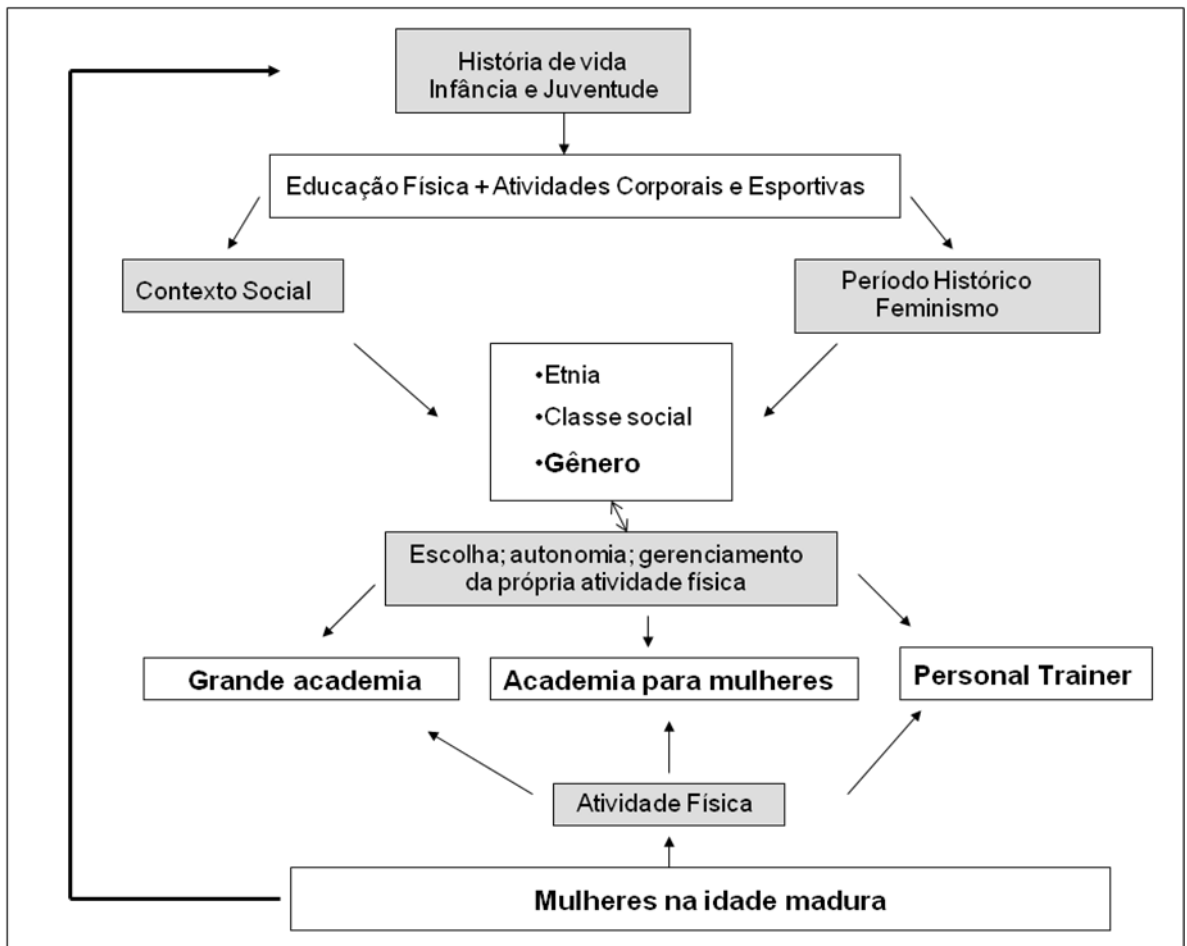
1. INTRODUÇÃO

Durante minha graduação trabalhei em algumas academias, umas pequenas, outras médias, e ainda uma dessas enormes, com franquias em vários países do mundo. Minhas turmas eram compostas predominantemente por mulheres, e inevitavelmente, por conta da convivência, acabava criando um vínculo com essas alunas. Achava interessante ouvi-las antes e depois das aulas, e os assuntos eram os mais variados possíveis, passando por aspectos relativos à aula, até questões pessoais de vida. Logo depois que me formei, no final do ano de 2003, comecei a dar aulas como personal trainer. Minha primeira aluna tinha 50 anos. Percebi que a grande maioria das pessoas que entravam em contato comigo interessadas nesse tipo de atendimento tinham esse mesmo perfil: mulheres entre 40 e 50 anos de idade, em busca de uma melhor qualidade de vida, seja por razões médicas, preventivas, de bem estar e/ou estética. Esse fato curioso passou a me intrigar, e, em conversas informais durante a aula, percebi que essas mulheres tinham alguns pontos em comum, como por exemplo, a relação construída ao longo da vida com a atividade física e o exercício. Lembrando das conversas e atitudes das minhas alunas, tanto de academias quanto de treinamento personalizado, algumas questões começaram a surgir e a povoar meus pensamentos: por que algumas mulheres escolhem se exercitar numa academia, outras com um personal trainer, e outras numa academia exclusiva para o público feminino? Será que suas experiências com a atividade física, tanto nas aulas de educação física quanto em qualquer outro contexto social, tiveram algum tipo de influência nessa escolha? Como essas mulheres encaram a atividade física, qual o seu olhar sobre ela? Como eu, enquanto profissional da Educação Física, posso melhorar minha atuação a partir do entendimento dessas questões?

Como a questão de gênero, mulher e esporte já tinha sido interesse de pesquisa na minha monografia de graduação (CRUZ, 2004), tendo inclusive publicado um capítulo em um livro com estes dados, (KNIJNIK & CRUZ, 2004) o ponto de partida dessa dissertação foram estes questionamentos pessoais e profissionais aliados aos conhecimentos adquiridos no processo do trabalho de

conclusão de curso de graduação. Portanto, tomando esse cenário como pano de fundo, decidi estudar as mulheres que praticam atividade física na grande academia, com personal trainer, e na academia exclusiva para elas. Porém, a proposta e o olhar não estão centrados nos benefícios da atividade física, mas sim no que pensam, no que praticam essas mulheres, e como isso se deu. Assim, o sujeito é a peça principal do estudo. Apoio-me aqui na idéia de Carvalho (2001), que afirma que “é o conhecimento e a experiência do homem com a cultura corporal que possibilitam a ele manifestar-se, expressar-se visando a melhoria de sua saúde” (p.11). Ainda conforme a autora, a saúde aqui é entendida como processo e resultado das opções de vida. Ela é um dos componentes da qualidade de vida, já que esta é resultante de um conjunto de fatores individuais e sócio-ambientais que caracterizam as condições em que o ser humano vive (NAHAS, 2001).

A seguir apresento um quadro em forma de mapa mental que traça minha linha de pensamento para chegar à questão da pesquisa. Meu objetivo é mostrar um panorama geral dos aspectos do estudo. Ressalto aqui que nem tudo que aparece no quadro é discutido aprofundadamente, uma vez que certos temas servem como reflexão de um conteúdo a ser explorado. A explicação é feita na seqüência.



Quadro 1: Mapa mental da estruturação e linha de pensamento da pesquisa.

Os primeiros questionamentos que me vieram à cabeça quanto pensei em pesquisar as escolhas de mulheres de meia idade em atividade física foram: por que elas optam por determinada forma de se exercitarem? De que forma é feita essa escolha? Em que ela se baseia? Recorri à literatura e percebi que estudos neste sentido estavam pautados principalmente no discurso da qualidade de vida e da saúde. Ou seja, a busca por esses dois fatores sustenta a participação e manutenção das pessoas em programas de exercício, legitimado pelo discurso biológico da melhora de condicionamento físico e diminuição dos fatores de risco. Não estou negando esses fatos, mas eles não foram suficientes para acalmar meus questionamentos. No entanto, trago aqui uma pequena contribuição de como eles surgem para sustentar essa idéia.

Existe nos dias de hoje uma busca desenfreada por qualidade de vida, porém, ainda não há um consenso a respeito do conceito desse termo, que vem sendo usado nas mais diversas situações e atrelado aos mais diversos setores. Além do apelo comercial em atrelar um produto ou serviço à qualidade de vida, sua utilização banalizada é, de certa forma, compreensível, pois, segundo Minayo, Hartz e Buss (2000), qualidade de vida é entendida como um fenômeno que se inter-relaciona com diversas dimensões do ser humano. A Organização Mundial da Saúde a definiu como a percepção que o indivíduo possui sobre sua posição na vida, no contexto cultural e dos seus sistemas de valores considerando expectativas, objetivos, padrões e preocupações (WHO, 1998). Segundo Nahas (2001), o conceito de qualidade de vida é diferente de pessoa para pessoa, pois depende de um conjunto de fatores que definem o estilo de vida de cada um. Portanto, seu conceito é multidimensional, envolve aspectos objetivos e subjetivos, fatores de ordem biológica / intrínseca e cultural / social. A atividade física regular é um desses fatores, e sua prática tem sido apontada por diversos pesquisadores, como um dos principais fatores na diminuição da ansiedade e na prevenção de algumas doenças (COSTA, 2000), ao passo que a inatividade física é responsável por uma redução da qualidade de vida, já que o sedentarismo está associado ao maior risco de desenvolver doenças cardiovasculares e causar importantes debilidades nas capacidades funcionais (NAHAS 2001). Segundo Carvalho e colaboradores (1996), a posição da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte é que “a saúde e qualidade de vida do homem podem ser preservadas e aprimoradas pela prática regular de atividade física.” É importante ressaltar que os autores que fazem essa relação entre atividade física e qualidade de vida adotam diferentes conceituações desta última, mas a intenção aqui não é apontar ou confrontar as definições adotadas por cada autor, e sim mostrar que essa relação existe de forma concreta, seja nas pesquisas, seja no imaginário social. E essa relação parece ganhar ainda mais força quando associada ao público de meia idade e idosos, ou seja, a atividade física na promoção da saúde e qualidade de vida no envelhecimento. Já é aceito, de forma geral, que os exercícios físicos praticados de maneira regular e sistemática causam efeitos positivos sobre a capacidade funcional, aptidão muscular, sistema cardiovascular,

prevenção e tratamento de doenças crônicas, controle do peso corporal, hipertensão, osteoporose, além de estar positivamente associada ao bem-estar emocional e à saúde psicológica (OKUMA, 1998). Portanto, “a atividade física regular e a adoção de um estilo de vida ativo são necessários para a promoção da saúde e qualidade de vida durante o processo de envelhecimento” (MATSUDO, 2006). No entanto, alguns fatores influenciam a escolha por determinado programa de atividade física, sua adesão e manutenção por parte de adultos e idosos. Segundo Dishman (1993), fatores pessoais, comportamentais, situacionais e aqueles referentes ao programa de exercício são determinantes que influenciam a adesão ou não de adultos mais jovens a programa de atividade física. Em pesquisa realizada com pessoas na idade adulta intermediária, Knijnik & Santos (2006) relataram que os motivos iniciais de adesão à prática de atividade física variam entre ordem médica, lazer e qualidade de vida, estética e saúde. Já a motivação para continuar a prática varia de acordo com a atividade física executada e a idade. Segundo Chodzko-Zaiko (1999) apesar do aparente benefício da atividade física regular sobre a saúde da população idosa, não existe país em que a inatividade destes indivíduos não mereça atenção, e ainda, em todas as faixas etárias, ainda pouco se sabe sobre os fatores de motivação à prática.

Já Andreotti (2001) pesquisou os fatores que influenciam a adesão de idosos a um programa de educação física supervisionado, e constatou que para essa população manter sua participação em um programa de exercícios é fundamental a relação estabelecida com os professores e com o grupo de alunos, as características educacionais do programa e ganhos percebidos de saúde.

Todo esse cenário apresentado nos remete a pensar o corpo que se exercita. No entanto, ter idéia do corpo, pensar sobre o corpo e falar sobre o corpo, é diferente de viver o corpo. Percebe-se que ele continua sendo visto na sua divisão e na sua utilidade, visão esta herdada do racionalismo - onde tudo precisava ser validado e legitimado pelos princípios matemáticos – e intensificada pelo progresso científico, que favoreceu a abstração do sujeito. Portanto, se no racionalismo o corpo recebe uma desvalorização, na contemporaneidade ele toma um novo delineamento, pautado pela intervenção médico-estética e na conceituação da mídia, esta seguindo influências econômicas (Costa, 2005). Neste sentido, me apóio na reflexão de José

Gil (1997) sobre o corpo ao afirmar que este é a afirmação da nossa existencialidade, porém foi pouco a pouco perdendo presença e participação e ganhando neutralidade e esquecimento.

E é nesse sentido que se pauta meu questionamento inicial. Não nos fatores externos que podem influenciar a escolha por determinada atividade física, mas aqueles inseridos no corpo, um corpo vivente que possui uma história. História esta que fica gravada na herança de cada sujeito, ou seja, nas suas experiências passadas, possíveis de serem acessadas através da interpretação, do reconhecimento da subjetividade, da intuição e da sensibilidade (SANTIN, 2001). Entender como se deu essa história e quais elementos a influenciaram de forma significativa é o desafio desta pesquisa.

A história que me interessa analisar neste trabalho, especificamente, é a de três mulheres maduras – de 45 a 55 anos - que praticam atividade física em três propostas diferentes: uma com personal trainer; uma em uma grande rede de academia; uma em academia exclusiva para mulheres. Além do interesse pessoal em estudar esse grupo, como já mencionado, ele se torna ainda mais instigante se pensarmos em toda trajetória das mulheres ao longo da história: já foram desprovidas de direitos, consideradas e tratadas como objetos, caçadas como bruxas. Tudo isso reflexo de uma sociedade patriarcal que foi construída durante séculos e séculos, restando à mulher um papel coadjuvante na história. Em resposta a essa situação surgem os movimentos feministas, que, no Brasil, tiveram seu *boom* nos anos de 1970 marcado pela contestação das mulheres à ordem política instituída no país desde o golpe militar de 1964. Décadas em que essas mulheres nasciam ou viviam sua infância e adolescência. Décadas em que as feministas colocaram em questão a tradicional hierarquia de gênero.

A partir daí as relações de gênero passaram a ser constantemente discutidas pelas mulheres e ganharam visibilidade no mundo científico. Muitas diferenças que antes se acreditava ser inerente à mulher e ao homem, ou seja, inscritas pela natureza em seus corpos, passam a ser comprovadas como fonte de uma construção social e cultural. No entanto, apesar das transformações de comportamentos de homens e mulheres ocorridas nas últimas décadas, alguns

valores ainda insistem em permanecer os mesmos e muitos estereótipos sobre os sexos também. Principalmente aqueles vinculados ao corpo e que definem papéis. Neste sentido, mulheres ainda são educadas a terem certos tipos de comportamentos ligados a características como fragilidade, sensibilidade, leveza, sensualidade, emoção, cuidado. Esses estereótipos também estão presentes nas práticas esportivas e de atividades físicas. De acordo com Silva e Daolio (2007), na escola, nas aulas de Educação Física e nos exercícios de uma forma geral, são esperados desempenho, habilidades motoras e capacidades físicas diferentes para meninos e meninas. Sendo assim, não é estranho se pensar que algumas mulheres possuem incorporadas questões de gênero e realizam suas práticas corporais a partir das restrições que certas normatizações estereotipadas impuseram na construção social da identidade de cada uma.

Isto exposto, minha discussão começa a ganhar “corpo”. No livro de Silvana Goellner (2003), *Bela, maternal e feminina*, encontrei reflexões que me confortaram e me fizeram seguir firme no desenvolvimento deste trabalho. Meus questionamentos não eram ilusões, devaneios, mas faziam todo sentido a partir da reflexão, nas palavras dela: “Bela, maternal e feminina: imagens afirmativas que permitem compreender que o corpo da mulher, ao mesmo tempo que é seu, não lhe pertence” (p.144). Ora, se o corpo não lhe pertence, como é possível optar, de maneira consciente e autônoma, por certas atividades físicas? Como são capazes de gerenciar sua própria prática?

Sendo assim, a questão norteadora deste estudo é como a história corporal de mulheres maduras pode influenciar suas escolhas por atividades físicas. Para tanto, o objetivo traçado é investigar como as relações sociais de gênero desenvolvidas ao longo da vida de três mulheres entre 45 e 55 anos podem influenciar suas práticas e suas escolhas em atividades físicas e corporais.

1.2. À Educação Física...

A Educação Física trabalha com o corpo, certo? Ninguém precisa ser graduado na área para saber isso. Os que gostam e os que não gostam, os que amam e os que detestam, os que praticam alguma atividade e os que não praticam, os que torcem para que chegue o dia da aula na escola e os que pedem atestado para não participar, os que não vêm a hora de ir pra academia e os que elaboram as mais mirabolantes desculpas para não ir, enfim... Independente de qualquer coisa, todos sabem que a Educação Física trabalha o corpo. Eu sabia disso quando escolhi essa profissão. A atividade corporal nunca foi um problema para mim, muito pelo contrário, ela sempre foi muito prazerosa. Acredito que para a maioria dos meus colegas de profissão também tenha sido. Acontece que isso não é privilégio de todos. E para minha surpresa logo quando entrei no mercado de trabalho percebi que o público que me esperava era composto na grande maioria por pessoas que não tinham prazer em se exercitar, o faziam quase que por uma obrigação.

Se a Educação Física trabalha o corpo, nada mais natural do que aprender sobre o corpo no curso de graduação. E eu aprendi! Todo o seu funcionamento, anatomia, fisiologia, regulações químicas, biomecânica e outras coisas mais. Não posso ser injusta e não citar disciplinas de caráter humanístico como bases sociológicas, psicológicas e éticas. O que quero dizer é que o curso me preparou muito bem para aprender conhecimentos que fossem aplicados. Conhecimentos que me permitissem prescrever exercícios e avaliar os resultados da prática. O fato é que as pessoas passaram a valorizar essas técnicas como forma de se alcançar não só uma boa condição física, mas beleza e estética. Veremos ao longo do trabalho como isso de deu.

Validado pelo discurso médico, a atividade física regular se transformou em um dos principais fatores de obtenção de saúde e qualidade de vida, e incentivada pela publicidade e pela “indústria da beleza”, em fator indispensável para se obter saúde, beleza e juventude. Os discursos que normatizam o corpo, sejam eles científico, tecnológico, publicitário, médico, estético, etc., vão, pouco a pouco, tomando conta da vida simbólica/ subjetiva do sujeito. O culto ao corpo atinge as

mulheres de uma forma arrebatadora. Arrisco dizer que não há um profissional de Educação Física que não tenha tido pelo menos uma aluna com essas preocupações. Não estou condenando o exercício como meio para atingir o ideal de beleza e forma física, o grande problema é quando isso se torna o único motivo para a prática, e, conseqüentemente, uma obrigação, um martírio, um sacrifício.

Entender o funcionamento do corpo não me permite compreender uma pessoa que pratica exercícios por motivos que não incluam o prazer do movimento, que não imprimam nenhum significado para quem o pratica. Dar aula para uma aluna nessas condições é um grande desprazer para mim. Fica uma sensação de trabalho mal feito, sem sentido, sem significado. Parece que o corpo não está presente, parece que ele é algo desconectado do sujeito que pratica a atividade. O “mandar e obedecer” na relação professor-aluno não faz sentido para aquele corpo que “obedece” porque muitas vezes ele nem lá está. Muitos podem não concordar comigo e preparar as aulas de acordo com os objetivos dos alunos, ministrá-las e ir embora. Se os objetivos forem atingidos, todos sairão felizes. Mas para aqueles que compartilham da minha angústia, espero que este trabalho lhes seja útil para compreender este processo. Útil para quem gosta ou não de praticar atividade física ao refletir sobre sua prática. Útil a mim para compreender o corpo de cada aluna como algo subjetivo, que tem uma história própria. Útil às sujeitas dessa pesquisa perante seus comportamentos e atitudes em relação à atividade física. Útil aos meus colegas de profissão e a mim para que, ao levantar essas questões, sejamos capazes de melhorar e adequar nossa atuação profissional para que a prática da atividade física faça pelo menos um pouco de sentido nas vidas das nossas alunas, que proporcione momentos de prazer e que seja algo positivo não só pela obtenção de saúde, beleza e juventude, mas pelo significado da atividade em si.

2. METODOLOGIA

Tendo em vista a especificidade do problema a ser investigado, optamos por utilizar o método de coleta de história de vida apresentado por Poirier *et.all.* (1999). Segundo estes autores, na história de vida a narrativa se dá a partir de acontecimentos importantes e significativos para aqueles que o viveram. Outras duas autoras que serviram de referência para a metodologia desse estudo foram Bosi (1994) e Rubio (2004). Para a primeira, o entrevistado é o narrador de sua própria história, e as interpretações dos fatos vividos são tratados como dados de pesquisa. Para a segunda, a história de vida é uma forma particular da história oral, onde é possível ao pesquisador subtrair da fala do entrevistado as sutilezas da narrativa. Ambas concordam que toda memória pessoal também é familiar, social e grupal, possibilitando, assim, definir o envolvimento de uma pessoa em uma cultura de um determinado grupo social.

Este método permite ao pesquisador ter acesso aos conteúdos de uma vida que pode ser tomada como individual, mas que carrega consigo os elementos do momento histórico e das instituições com os quais os entrevistados mantiveram relação (RUBIO, 2004). Por isso acreditamos que as entrevistadas, ao contarem suas histórias de vida, narrarão suas experiências mais significativas dentro do contexto proposto, ou seja, as práticas de atividade física, esportivas e corporais vividas ao longo de suas vidas.

Analisar uma história de vida é considerar os aspectos culturais e sociais, políticos e econômicos que os sujeitos atravessaram ou atravessam em suas vidas, como nos ensina Poirier *et.all.* (1999): “o narrador não é um sujeito isolado, faz parte de vários grupos, de uma sociedade e de uma cultura precisas” (p.38). Portanto, podem surgir das narrativas episódios considerados significativos na trajetória de vida pessoal ou do grupo ao qual o sujeito pertence. Segundo Rubio (2004),

O relato em si traz o que o narrador considera importante em sua trajetória dando idéia do que foi sua vida e do que ele mesmo é nesse momento (p.91).

É importante lembrar que a história oral se trata de uma metodologia, e não de um procedimento. Toda a utilização e a análise das narrativas são feitas por transcrição. Portanto, está longe de ser uma análise do discurso e uma análise do conteúdo. A vertente da história oral que os autores acima citados trabalham, e a que eu pretendo trabalhar nessa dissertação, permite uma aproximação da história social a partir da visão do sujeito que tem a sua própria história amarrada numa teia de significados.

Ao contar sua história de vida, o sujeito recorre aos acontecimentos registrados na memória, que obedecem uma ordenação pessoal, uma lógica afetiva e atemporal, ou seja, não seguem a cronologia “oficial” do calendário (BOSI, 2003). Por isso é normal e esperado que as narrativas se afastem por alguns períodos das questões principais do tema abordado pela pesquisa, se fazendo necessário um guia referencial para assegurar o foco das entrevistas. Vale ressaltar que o entrevistador deve tomar o cuidado para não restringir a exposição de idéias do entrevistado, como nos lembra Poirier *et.all* (1999) quando afirma que “a liberdade da palavra deve ser total em todos os casos, mas pode e deve ser controlada” (p.13). Neste estudo optamos pela utilização deste guia (APÊNDICE 1) com o objetivo de retomar o assunto da narrativa caso essa se afaste do tema pesquisado.

As entrevistas foram feitas individualmente, com a presença apenas da entrevistadora¹ e da entrevistada. O registro das narrativas foi feito por um gravador de voz digital da marca Olympus e transferidas para meu computador pessoal.

2.1. Sujeitos da pesquisa

Diante os objetivos desta pesquisa, optamos por entrevistar 3 mulheres entre 45 e 55 anos de idade que mantenham uma certa familiaridade com a entrevistadora. Acreditamos que esta familiaridade facilite o desenrolar de uma narrativa espontânea por parte da entrevistada.

Mulheres entre 45 e 55 nasceram entre os anos de 1955 e 1965, tendo, portanto, passado na infância e adolescência por períodos significativos da história

¹ Eu mesma optei por fazer as entrevistas e transcrevê-las.

do feminismo no Brasil e por fatos marcantes na Educação Física e no esporte no que diz respeito às relações de gênero. Sendo assim, cabe questionar: como essas mulheres, que viveram a infância e adolescência em um período de grande efervescência dos movimentos feministas, possuem incorporadas questões de gênero? Como lidam com seus corpos, que, historicamente, são carregados de estereótipos naturalistas?

Nos apoiando em Gusmão (2010), essa fase da vida, compreendida como “maturidade”, diz respeito a experiências vividas pelos sujeitos sociais ao longo de suas vidas, que resultam em qualidades conquistadas por suas trajetórias pessoais e coletivas” (p.114). Portanto, dentro da história de vida de cada sujeito, vamos buscar momentos particulares na sua existência a fim de atingir os objetivos propostos.

Outro critério adotado para a escolha dos sujeitos foi o tipo de atividade física que praticam hoje:

- uma mulher freqüentadora de uma academia exclusiva para o público feminino;
- uma mulher freqüentadora de uma grande rede de academias;
- uma mulher que faz exercícios com acompanhamento de um *personal trainer*.

A idéia dessa escolha é buscar os elementos que caracterizam essas três formas de prática de atividade física. É buscar pelas representações dessas mulheres em diferentes lócus de atividade e deixar, do discurso, emergir as interpretações que cada uma delas fazem dentro de determinado contexto. E é por essa razão que 3 sujeitos são suficientes para compor o trabalho, já que este não tem caráter generalizador. Não é pretensão desta pesquisa encerrar a discussão de como as relações de gênero vividas na atividade física ao longo da vida dessas mulheres podem contribuir nas suas escolhas em práticas corporais na idade madura, mas sim realçar a relevância das versões e interpretações de cada uma delas sobre os episódios narrados.

2.2. Procedimentos da coleta de dados

Como as entrevistadas eram pessoas que eu já conhecia, eu mesma expliquei a elas os propósitos da pesquisa e as convidei para fazer parte do estudo. Assim que o convite foi aceito, as próprias participantes decidiram o dia, local e hora para realização da entrevista. A princípio, os encontros seriam iniciados com uma apresentação prévia dos objetivos e método da pesquisa e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No entanto, logo na primeira entrevista percebi que essa não seria a melhor maneira de conduzir a seqüência procedimental da pesquisa. Esta entrevistada que leu o Termo antes de ser submetida à entrevista tomou consciência do objetivo e proposta do estudo e não conseguiu se desvincular do que foi lido. Conseqüentemente direcionou sua narrativa a partir daquilo que julgou ser pertinente à pesquisa. O fato é que essa entrevista ficou descartada uma vez que o conteúdo do Termo de Consentimento contaminou a narrativa tornando-a engessada, pobre, objetiva, não sendo suficiente para atender as demandas da metodologia e o objetivo do trabalho. A partir de então, minha abordagem diante dos sujeitos passou a ser de primeiro realizar a entrevista e aí sim, depois de concluída, entregar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Procedimento que teve sucesso na realização das três entrevistas subseqüentes. Após ser lido e compreendido, cada participante assinou o Termo por livre e espontânea vontade, sem fazer qualquer objeção quanto seu conteúdo. Todas elas foram informadas que poderiam retirar seu consentimento a qualquer momento, que suas identidades seriam preservadas e que poderiam ser procuradas em outra oportunidade pela pesquisadora para possíveis esclarecimentos caso houvesse problemas na gravação ou no entendimento de suas falas.

As entrevistas foram transcritas e reproduziram o que foi dito sem resumos ou interpretações. Segundo Baena e Borrego (1997), deve haver um exaustivo respeito à literalidade do discurso na entrevista, ou seja, a transcrição deve responder real e fielmente as características peculiares da fala dos entrevistados. Esses mesmos autores afirmam ainda a importância de se respeitar, no momento da transcrição, as

pontuações, interjeições, suspiros, pausas, tomada de ar, silêncios, risadas [...], pois podem ser de fundamental importância para a análise das falas.

Na etapa seguinte foi feita, como sugere Negrine (2004), a “síntese das informações recolhidas”, seguida por suas interpretações, momento em que os fenômenos encontrados são relacionados com as bases teóricas (p.77-78).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados e explorados estudos de interesse desta dissertação publicados sobre os temas *Corpo, Mulher, Feminismo e Gênero*; distribuídos em 3 seções, conforme Quadro 1 abaixo.

Temas	Seção do capítulo que aborda a questão
Corpo	Seção 3.1. e subseções
O Feminismo	Seção 3.2. e subseções
Gênero	Seção 3.3.

Quadro 2- Temas discutidos na fundamentação teórica e seções do capítulo que abordam as questões.

3.1. CORPO

“... há sempre novas maneiras de conhecer o corpo, assim como possibilidades inéditas de estranhá-lo” (SANT’ANNA, 2001, p.3)

Traçar uma história do corpo não é uma tarefa fácil. Suas formas de abordagens são extensas e por vezes distintas. A medicina, a arte, a antropologia e até mesmo a moda são exemplos de campos que possuem o corpo como objeto de estudo. Não é pretensão deste trabalho aprofundar este tema em tantos domínios, mas trazer a luz algumas concepções ao longo da história que auxiliem na compreensão da complexidade que é o corpo. Os modelos corporais aqui levantados não seguem uma ordem cronológica, uma vez que estes, juntamente com seus valores e utilizações, se transformam e guardam registros de sensibilidades vindas de diferentes épocas, visto que o movimento da história é algo dinâmico que contempla rupturas e continuidades.

3.1.1. O Corpo na História

Na antiguidade o corpo era representado, tanto nas pinturas quanto nas esculturas, beirando a perfeição. Os artistas davam à obra a forma perfeita,

idealizada. Conseqüentemente o corpo masculino passa a ser venerado, pois os cidadãos tentam se igualar a beleza corporal das obras. No entanto, para compreendermos de que corpo era falado na Antiguidade e na mitologia, podemos nos remeter às obras atribuídas a Homero. No berço da civilização ocidental e da cultura européia, não há uma definição estrita do corpo, pois, segundo Reale (2002), “tal unidade conceitual como uma intenção de unificação só nasce com o pensamento filosófico” (p. 20-21). Nos épicos homéricos, o corpo – vivo, ao contrário do corpo morto (*soma*), que era especificado mais claramente – é exprimido em uma multiplicidade de termos e representações, sendo que, segundo recomendação de Reale (2002), é preciso partir dessa dimensão ao se pretender compreender a concepção de corpo em Homero. Nesse sentido, um desligamento entre corpo e alma não era uma obviedade fruto de um posicionamento racionalista, mas, em Homero, a natureza humana, e, portanto, do corpo, se manifestava na “ação e no destino, e não na sua existência” (REALE, 2002, p. 83). O autor traz, assim como um pensamento corrente na história do corpo, a primeira “separação” entre corpo e alma, ou melhor, estes dois elementos se contrapõem na forma de antítese. Apesar de se atribuir a Platão essa primeira divisão radical e racionalizada, em que o corpo é um instrumento para a alma e esta está “aprisionada” em um túmulo, Reale aponta para a possível incompreensão do valor que Platão atribuiu ao corpo, e traz a contribuição de Cornélia de Vogel:

“Platão não disse que 'o homem é a alma', nem jamais sustentou que a união de corpo e alma fosse não-natural.(...) Embora ele tenha ensinado com muita ênfase que as duas partes (...) são heterogêneas, Platão estava convencido que a união dessas duas partes durante a vida na terra era conforme a ordem da natureza², que ele considerava como uma ordem fundada divinamente.” (p. 183).

² A natureza serviu, durante séculos, de referência importantíssima ao corpo, ou melhor, à vida humana. Na medicina hipocrática, por exemplo, o diagnóstico era direcionado a partir de inúmeras correspondências entre a natureza e o corpo. De acordo com Sant’Anna (2001), nesta medicina os pacientes forneciam diversos detalhes sobre sua vida pessoal ao médico, que as

Portanto, há um balanceamento neste dualismo, em que o corpo pode ser visto também como um “veículo” da alma, ao guiá-la a superar as dificuldades na terra. Destaca-se que esse primeiro perfil dicotômico do ser humano pôde acontecer a partir da principal característica do período Clássico na Grécia: o surgimento do pensamento filosófico (dúvida/questionamento da natureza e do homem) e da racionalidade (pensamento sobre o que é racional). O conceito de corpo surge quando aparece um tipo de discurso – racionalizado e escrito – que permite o afastamento do mesmo corpo, simplificando o mesmo a uma unidade. Ao contrário da oralidade presente na lírica e nos poemas homéricos, a qual demandava uma certa disposição emocional e, portanto, corporal, de uma ponto de vista fenomenológico, a escrita e o questionamento exigiam uma dosagem maior de direcionamento espiritual e intelectual, tendo como produto o corpo como um objeto.

Passando brevemente pelas origens da racionalidade e pelas concepções registradas na história do corpo, no período subsequente na história da humanidade, a Idade Média, há elementos de compreensão do corpo cruciais e muitas vezes desconsiderados pela concepção científica. Rodrigues (1999) destaca dimensões sensíveis na Idade Média, enfatizando, desde o início, o posicionamento atencioso frente aos registros da história nesse período. Este autor destaca num primeiro momento a configuração fundida do universo e, portanto, do homem e da natureza. Nesse mundo fundido, o espírito e a matéria não eram uma oposição, mas faziam parte do “cotidiano medieval” (p.55). Não havia uma descontinuidade entre as coisas, a qual começou a tomar forma no momento de separação, caracterizado pela objetividade e pelo mecanicismo em efervescência. De um mundo sensivelmente encantado ao mundo causalizado física e mecanicamente, o corpo perde sua (re)ligação e sacralização e começa a tomar forma como algo que sobra, que é

analisava à luz das características cosmológicas do paciente. Pensava-se que o corpo humano constituía-se dos mesmos elementos formadores da natureza: *fogo, água, terra e ar*. Neste caso, a função do médico era ajudar a natureza a intervir no corpo da maneira que lhe convinha, e não exatamente curar este corpo.

residual, perdendo seu caráter sensível, vivido, frente à contraposição e à dicotomia emergente³.

Quanto mais o ser humano se separa dos objetos, mais consciente se torna e mais racional pode ser. No século XVII o corpo humano foi relegado para o plano de simples mecanismo entre outros mecanismos, e a razão humana tornou-se o centro de todas as preocupações e interrogações (BRAUNSTEIN & PÉPIN, 2001). As matemáticas e as explicações objetivas passam a fundamentar o conhecimento, “assim a natureza, e por consequência o corpo, vão admitir apenas uma explicação mecanicista, e já não serão compreendidos segundo um modelo artístico ou psíquico dos fenômenos por figuras e movimentos” (BRAUNSTEIN & PÉPIN, 2001, p.91). Neste ponto, os traços das origens da ciência moderna começam a ficar mais claros, tendo como principal paradigma epistemológico o racionalismo. Como figuras emblemáticas da colocação científica do racionalismo, destacam-se um filósofo e um artista. O primeiro é René Descartes, que posiciona o homem como sujeito, a certeza, a verdade. Para ele o corpo é uma máquina cujo mecanismo é necessário compreender. O segundo é Dürer, que se entregou aos estudos das proporções corporais. Para ele o corpo não é mais do que suporte de figuras geométricas sabiamente ligadas entre si.

Descartes propôs um novo modelo de pensamento e concepção do mundo, do homem e da natureza. Um mundo regido por leis gerais e matematicamente definidas, sendo o funcionamento das partes desse mundo – a grande máquina – o que explica o funcionamento do todo; o homem constituído por duas entidades: o corpo, objeto (*res extensa*) e submetido às mesmas leis dos objetos presentes na natureza, uma outra máquina, e alma (*res cogitans*), fundamental na constituição da natureza racional do homem; tudo o que existe no mundo pode ser explicado e reduzido à leis causais, temporal e espacialmente localizadas. De acordo com

³ Vale ressaltar aqui que esse caráter sensível permanece nas idéias de concepções de corpo de Merleau-Ponty e Freud, o de corpo vivido e corpo pulsional, respectivamente. Caminha (2009) nos revela que esses filósofos não consideravam o corpo como uma máquina, um objeto no mundo, mas ao contrário, o meio de comunicação com ele. Este corpo é um ser de relação, que carece de outros corpos e se relaciona com eles não apenas por necessidades, mas por intenções e desejos. O sentido do corpo encontra-se na consciência perceptiva (visão, audição, odor, excitação), ou seja, é a experiência da corporificação que nos dá a experiência de estarmos vivos.

Galimberti (2003), o corpo em Descartes, a partir de sua separação conceitual e sua redução de multiformidade à uniformidade,

...se obtém um corpo concebido a partir do intelecto e não vivido a partir da vida, um corpo em idéia não em carne e osso, um corpo que tem um mal não que sente uma dor, um corpo anatômico não um sujeito de vida (p. 72, tradução própria).

Durante o período medieval existiam também as concepções cristãs do corpo, onde este era visto como um “espaço” suspeito, fonte de pecados e prazeres. O conhecimento e o controle do corpo passa a exigir o conhecimento e o controle dos “usos dos prazeres sexuais” (SANT’ANNA, 2001). Neste sentido, diversas doenças eram interpretadas como castigos divinos empregados àqueles que procuravam primeiro satisfazer as necessidades naturais do próprio corpo. O fim deste período não significou o fim das intenções de controlar o corpo, apenas as transformaram e ganharam terreno não só na esfera religiosa, mas também nos interesses econômicos e científicos. Neste sentido, como nos revela Sant’Anna (2001), esse controle, na atualidade, se dá a partir da liberação dos corpos cada vez mais de suas origens religiosas, morais, culturais e genéticas. No entanto,

...não se trata de perceber, unicamente, o quanto a atualidade é atravessada por inéditos progressos no que tange às formas de intervir sobre o corpo para a melhoria de sua saúde e bem-estar. Trata-se, igualmente, de detectar o quanto estes progressos são acompanhados de incertezas novas, assim como de permanência de três medos muito antigos: o medo da doença, o medo da dor e o medo da desumanização das aparências (p.5).

As descobertas dos microorganismos em meados do Século XIX alentam a visão de agentes externos nocivos ao ser humano e que devem ser combatidos numa “guerra fisiológica”, juntamente com o reforço de algumas substâncias químicas, diferenciando o normal do patológico. A construção do modelo assistencial

foi subsidiada pela visão conceitual da epidemiologia, que estuda a distribuição da doença nas populações e os fatores que influenciam ou determinam essa distribuição (GORDIS, 2005). Esses fatores “externos” que determinam o processo de saúde e doença, juntamente com concretização do capitalismo, medicalizam a sociedade, mas também realçam a diferença da saúde e doença, que constituem entidades opostas se interagindo num processo dinâmico diário. Na modernidade esses aspectos sustentaram a primazia da razão sobre a emoção, a intuição e a sensação, ficando o corpo relegado às condições inferiores do sujeito no mundo.

O que se vê atualmente é uma tentativa de reconstruir o próprio corpo com o auxílio dos avanços tecnológicos a fim de ganhar mais saúde e juventude. As indústrias de cosméticos, cirurgias, ginástica, regimes, etc. – sustentam esse discurso através de um espaço cada vez maior na publicidade, na mídia e meios de comunicação. Estes “impõem” modelos de corpos perfeitos, delineados, cheios de curvas e músculos definidos. As pessoas “normais” vivem um desejo de alcançar esse “modelo perfeito”. Por isso, assistimos nos dias de hoje a obsessão com a magreza, a multiplicação dos regimes e das atividades de modelagem do corpo, a propagação da lipoaspiração, dos implantes de próteses de silicone nos seios (mais recentemente nos glúteos) e de botox, a fim de acentuar as marcas de expressão no rosto (GOLDENBERG, 2002). No final do século XX, a “avaliação social” das pessoas passa a depender cada vez mais do corpo e cuidar dele se torna uma necessidade, pois cuidar do corpo é prepará-lo para ser mostrado (CASTRO, 1998).

Segundo Sant’Anna (2001), um fator preocupante é que, enquanto as transformações do corpo são encaradas de forma natural por estarem na “moda”, questões relativas aos limites do que é certo e errado, falso e verdadeiro, natural e artificial são relativizados. Neste sentido, o corpo nos é distanciado, encarado como um território a ser explorado, um instrumento de análise que contribui para a instauração do saber científico.

A genética surge como ciência transformadora ao revelar o interior do corpo e dos órgãos. José Gil (1997) nos explica que a genética revoluciona a noção de doença, de identidade da doença e do doente ao descobrir que a doença vem do interior do nosso corpo, ou seja, do nosso patrimônio genético. Sendo assim, cada

vez menos a medicina trata o sujeito doente, “porque a doença não pertence ao seu corpo próprio, mas aos seus genes” (p.220). O sujeito deixa de existir pois apenas um corpo existe, ou mesmo um órgão, ou tecidos, ou células. Gil (1997) se manifesta dizendo: “sobre o esvaziamento do corpo, edifica-se o saber” (p.142).

3.1.2. O Corpo da Mulher no Brasil

Poeminha de Louvor ao "Strip-tease" Secular

*Eu sou do tempo em que a mulher
Mostrar o tornozelo
Era um apelo!
Depois, já rapazinho, vi as primeiras pernas
De mulher
Sem saia;
Mas foi na praia!
A moda avança
A saia sobe mais
Mostra os joelhos
Infernais!
As fazendas
Com os anos
Se fazem mais leves
E surgem figurinhas
Em roupas transparentes
Pelas ruas:
Quase nuas.
E a mania do esporte
Trouxe o short.
O short amigo
Que trouxe consigo
O maiô de duas peças.
E logo, de audácia em audácia,
A natureza ganhando terreno
Sugeriu o biquíni,
O maiô de pequeno ficando mais pequeno
Não se sabendo mais
Até onde um corpo branco
Pode ficar moreno.
Deus,
A graça é imerecida,
Mas dai-me ainda
Uns aninhos de vida!
(MILLÔR FERNANDES)*

Se há poucos séculos a grande preocupação das mulheres era salvar suas almas, hoje ela passou a ser a de salvar os seus corpos da rejeição social. É

possível observar essa transição se pensarmos na história das mulheres que passa, inevitavelmente, pela história de seus corpos. No entanto, como nos ensina Benjamim (1996), fazer uma análise histórica do passado não significa necessariamente conhecê-lo, pois o passado é misterioso e os fatos não são de fato cristalinos, pois sofrem as mais diversas influências, por todos os lados. Portanto, falar sobre as mulheres e seus corpos ao longo dos séculos é fazer um entrecruzamento dos tempos para interpretar algumas “recordações históricas” para melhor compreender o presente.

O lugar do feminino na história do Brasil é marcado por confrontos e conflitos desde o período colonial. Nas obras de Gilberto Freyre, os corpos quentes e sensuais das escravas negras são descritos em contraposição aos brancos e frios das sinhás (FREIRE, 1980). Enquanto o primeiro inspirava o prazer e o amor físico, o segundo garantia a prole dos homens do Brasil colônia. Segundo Del Priore (2000) os portugueses quando desembarcaram aqui impressionaram-se com a beleza de nossas índias que tinham os cabelos cumpridos e andavam nuas “sem vergonha alguma”. Apesar de muito distante do modelo renascentista europeu, as características das índias brasileiras não eram vistas como um despudor, pois estavam ligadas à idéia de pureza e associadas a uma falta de conhecimento do mal. Ainda segundo a autora, a descrição da mulher brasileira na carta de Pero Vaz de Caminha, tal como corpo forte, cheio de carnes, a morenice e os cabelos escuros e lisos, eram signos de beleza. Na literatura dos séculos XVIII e XIX a mulata aparecia marcada pelo desejo masculino e por uma descrição que as reproduziam e esculpam.

No entanto, no século XVII, o discurso sobre o uso dos corpos femininos e seus prazeres era ditado pela igreja a partir do desejo de cristianização e irradiação da fé católica. Esse discurso, moralizador e severo, tinha como principal interesse fazer da família o eixo difusor da moral cristã, e, nas palavras de Del Priore (1989), “lisonjear a mulher para melhor submetê-la” (p.16). A sexualidade feminina abafada tinha como intuito não ameaçar o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas. De acordo com Araújo (2000) o fundamento escolhido para justificar o adestramento que a Igreja impunha a

sexualidade feminina e a repressão da mulher era simples: “o homem é superior, e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade (p.46). A mulher estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva.

Ora, se era preciso domesticar a mulher, era preciso eleger um modelo feminino de corpo. Um corpo obediente e recatado, que era louvado a partir da descrição clara e objetiva do seu avesso: os peitos desnudos, os desnecessários adornos, as saias que deixavam a mostra os joelhos ou qualquer coisa que julgassem chamar atenção dos homens (que não o mardido). Os autores do século XVII reforçavam essa obediência e recato da mulher ao seu marido em nome do amor conjugal. Del Priore (1989) nos conta que a submissão passa a ser mais um valor a serviço do modelo feminino ideal. O bispo Azeredo Coutinho dizia que as mulheres deveriam sim ser educadas e estudar pois tinham casa para governar, marido para fazer feliz e filhos para educar. Sendo assim, essa educação, realizada dentro de casa, seguia um programa tendo em vista esses interesses (ler, escrever, bordar, coser, contar). O aprendizado limitava-se ao mínimo, de forma rápida e leve (ARAÚJO, 2000; DEL PRIORE, 1989).

Mesmo sendo o casamento o elemento principal do discurso sobre o equilíbrio social, onde nele não existiam as paixões, e sim a obediência e a subordinação da mulher, algumas brasileiras como as mulatas, as negras e as brancas pobres encontravam-se longe deste sistema normativo. Eram mulheres livres e lutavam contra as dificuldades do dia a dia. Por causa de seus comportamentos, eram vistas como desabusadas, mas suas condições materiais de vida favoreciam a prostituição e a geração de filhos bastardos. Araújo (2000) atesta que o ideal de domesticação completa e definitiva jamais foi alcançado por inteiro, pois a Igreja não conseguia domar os sentimentos e pensamentos das mulheres que não aceitavam tamanha interferência e podaço. As prostitutas do Brasil colonial foram úteis para a construção e valorização do seu oposto: a mulher pura identificada com a Virgem Maria (DEL PRIORE, 1989). A Igreja passa a enxergar a prostituição um crime menor do que o adultério, pois era através dela que os homens pacificavam seus ânimos. A sexualidade era tratada como uma mercadoria que caracterizava o ofício da prostituta. No entanto, estas prostitutas, na maioria das vezes escravas, se deixavam

prostituir como forma de atenuar a miséria e a fome. A prostituição era uma fonte de renda para essas mulheres.

A partir daí a Igreja inaugura um discurso médico sobre os corpos para combater os excessos da carne. A medicina dos séculos XVII e XVIII passa a designar à sexualidade desregrada um mal à saúde, não a saúde da alma, mas a do corpo. Os médicos receitavam remédios para combater os “encantos das prostitutas” antes que os sintomas físicos pudessem aparecer e até levar à morte (DEL PRIORE, 1989). Essas prostitutas eram descritas e habitavam o imaginário masculino como figuras de Medusas, cheias de encantos e feitiços capazes de atrair os homens para o pecado da carne. No entanto, os homens enxergavam no bordel um espaço alternativo à sexualidade conjugal, de lazer como o jogo, a bebida e o entretenimento fácil.

O fato é que a partir de então inúmeros casais se constituíram a partir do adultério ou sem a bênção oficial dos padres. As mulheres solteiras e viúvas viam no concubinato uma possibilidade ao invés do matrimônio. O sagrado matrimônio estava reservado às mulheres de elite branca, mas não impedia às mulheres de classes inferiores a realização da maternidade e da vida conjugal. Porém, devido à condição de certas mulheres, a maternidade era encarada não como uma missão, mas como uma luta pela vida atrelada à idéia de concepção. Contudo, se antes o homem era excluído de todo o processo de gestação (cabia as parteiras esse acompanhamento), com o olhar médico sobre o corpo feminino, ou o olhar do obstetra a respeito da reprodução, isso começa a ser controlado pelos saberes da medicina. O discurso médico “mapeia” e “enquadra” todas as fases da gestação, o que nos permite dissociar a experiência tradicional com seus gestos e práticas de certa tecnologia desse saber médico. De acordo do Del Priori (1989),

Dar à luz, portanto, esta “coisa de mulher”, referida à natureza ou à fatalidade, que tinha até então terreno exclusivo e perigoso das parteiras, passa ao universo masculino da medicina onde será muitas vezes reinterpretado (p.53 e 54).

Apoiada na Igreja e no Estado, a medicina persegue as mulheres infratoras com um discurso que atrela o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) à moral e metafísica como ser mãe, frágil e submissa, ter bom sentimento e boa conduta. Ela incentiva o exercício “correto” da maternidade. Inúmeras enfermidades poderiam sofrer a mulher e o feto se a gestante tivesse tido relação extraconjugal ou se fizesse uso da medicina popular, encarada também como bruxaria.

Mesmo com todas essas interferências da Igreja, do Estado e da medicina, a mulher da colônia sempre quis ser ou fazer-se bela. Fazia uso de pós para disfarçar imperfeições, perucas, penteados, espartilhos e roupas volumosas, pintavam os olhos e os lábios. As mais belas eram vistas pela Igreja como amiga do Diabo já que alteravam seu corpo que era obra do Criador. Começaram a surgir as técnicas cosméticas, já que o investimento maior das mulheres se concentrava no rosto para tratar a pele com remédios e maquiá-la com pós e outros compostos, que variavam desde tintas a excrementos de animais. Assim como hoje, a idéia principal consistia em esconder os males de maneira artificial. Vale ressaltar que essas mulheres eram perseguidas pelo olhar condenatório de maridos, padres e médicos pela possibilidade de aproximar-se às cortesãs e prostitutas. Somava-se a preocupação da beleza do rosto, os cuidados relativos à roupa. Essas cobriam com mais tecido as partes mais cobiçadas da anatomia da mulher. Antes de ser uma vestimenta, as roupas traduziam as circunstâncias, as classes e os papéis sociais. Elas significavam uma condição, uma qualidade, um estado, e garantiam marcas de poder. A roupa consagrava e tornava visível as linhagens e hierarquias. A Aristocracia, por exemplo, só se vestia de tecidos luxuosos e bordados. Entre nossas antepassadas, o que fazia sucesso eram os tecidos bordados com rendas, alguns que cobriam desde a cabeça até os pés, com finos véus de algodão branco (DEL PRIORE, 2000). Para as mulheres da elite era fácil comprar e trazer de fora do país suas roupas. Porém, mesmo as mais pobres não mediam esforços para aparecer bem. Elas primeiro compravam e depois estudavam uma maneira de pagar. As vestimentas caras traduziam uma cultura de aparência exibida em praça pública.

Gilberto Freyre, em “Modos de Homem e Modas de Mulher” (1986) nos relata as várias combinações e adaptações feitas pela sociedade brasileira desde o século

XIX em relação às vestimentas. Ele nos lembra que durante anos o Brasil foi um passivo importador de moda, principalmente de Paris. No entanto, essa influência marcante da moda francesa no país não impediu a criatividade nacional de criar uma moda própria, com a utilização de novos materiais em suas confecções e que despertou interesse do mundo todo. Freyre ainda aponta para a utilização de jóias pelas mulheres. Desde as figas e crucifixos das negras, até os anéis, colares e brincos das brancas.

Já existia uma hegemonia da aparência, pois a maior parte das mulheres só se vestia e se penteava para ir às ruas. Mas se a roupa tinha toda essa importância, o que significava o nu? Ou melhor, o que significava e como era visto o nu feminino das índias? Del Priore (2000) nos explica que havia uma grande diferença entre nudez e nu.

A primeira referia-se àquelas que fossem despojadas de suas vestes. A segunda remetia não à imagem de um corpo transido e sem defesa, mas ao corpo equilibrado e seguro de si mesmo (p.41).

É na metade do século XVIII que aparece a idéia de sedução do corpo feminino principalmente pelo aparecimento de mulheres desnudas nas pinturas de artistas Renascentistas. Elas aparecem em movimentos de torção colocando em evidência os seios, os quadris e as nádegas. Como no Brasil as índias e negras andavam nuas ou seminuas, elas mesmas eram consideradas, com todos os seus adornos e indumentários corporais, como obras de arte ambulantes. As nádegas salientes e empinadas eram valorizadas, ao passo os seios reconhecidos como belos eram os pequenos e duros. As escravas que os possuíam impressionavam seu comprador. Outra parte do corpo que merecia grande atenção eram os pés. Estes se diferenciavam de acordo com o grupo social. Para as mulheres brancas da elite, os pés tinham que ser pequenos e finos, delicadamente envolvidos no tecido do sapato. Ao contrário das escravas ou trabalhadoras do campo, donas de pés grandes e largos. Todas essas características físicas somada ao uso do espartilho, peça que favorecia uma postura imponente da mulher ao enrijecer o seu dorso, contribuíram

para o início de uma severa estética da compostura e dos parâmetros corporais. “A vida nas cortes européias, ou na nossa, iria controlar todas as possíveis turbulências do corpo, sua expansão ou vacilações” (p.52). Não é a toa que a palavra bela passa a ser entendida, na primeira metade do século XIX, também como chique. Beleza e elegância era uma coisa só, sustentada pelo luxo das mulheres da aristocracia. A beleza popular, rústica, não era mais aceita como referência do ser belo, e o preconceito social começava a surgir por trás desses valores. Vale lembrar que inúmeros viajantes chegavam ao Brasil e se impressionavam com a beleza de nossas antepassadas, com suas silhuetas “arredondadas” e seus cabelos brilhantes. No entanto, o padrão de beleza que se estabeleceu no século XIX foi a da mulher elegante, apertada em seu espartilho com seus seios e nádegas projetados em forma de ampulheta. As ancas projetadas representavam a mulher sexuada, desejável e fecunda. A mulher, dona dessa forma, como alerta Del Priore (2000), “sublinhava a relação entre sua conformação anatômica e sua função biológica e, ao mesmo tempo, sagrada: reproduzir, procriar, perpetuar” (p.58).

Não por acaso, Marcel Mauss (1974), antropólogo e sociólogo que discute a relação entre corpo e sociedade na perspectiva das Ciências Sociais, é categórico ao afirmar que o corpo constitui-se também por aspectos socioculturais e não puramente por elementos biológicos. É no corpo que o ser humano se materializa. Como o corpo é local de diferentes formas de sociabilidade, acaba espelhando a vida social da comunidade a qual se insere. E os corpos das mulheres brasileiras sempre foram, e continuam sendo, reflexo da sociedade e cultura que aqui foi instalada e construída e que se transforma e se reconstrói ao longo do tempo.

3.1.3. O Corpo Feminino no Século XX

MAGRA
Moça, pernas de pinça
alta, corpo de lança
magra, olhos de corça
leve, toda cortiça
passa, como que nua
calma, finge que voa
brasa, chama na areia
bela, como eu queria
magra, leve, calma
toda ela bela, tudo nela chama
segue, enquanto suspiro
toda, cor de tempero
cheira, um cheiro tão raro
clara, cura o escuro
ela, braços de linha
denço, cheio de manha
durmo, e peço que venha
acordo, e sonho que é minha
magra, leve, calma
toda ela bela, tudo nela chama
(LENINE)

É interessante observar como ser humano constrói o seu “próprio” corpo a partir das condições dadas socialmente. Como já discutido, no século XVIII o corpo ganha um direcionamento de constante aperfeiçoamento graças aos avanços da ciência. No entanto, é a partir do século XIX que começa a surgir a idéia de corpo belo associado à saúde. Associação esta que vigora de forma marcante nos dias de hoje.

Os ginásios e os professores de ginástica se multiplicavam na Europa. Os músculos e as articulações eram trabalhados a fim de potencializar a força física. A prática desportiva era destinada a combater o ócio e os hábitos mundanos da juventude. No entanto, o exercício físico era considerado próprio ao universo masculino, e não faltou quem se levantasse contra as mulheres quando elas começaram a se exercitar e a praticar esporte. Tudo que pudesse afastar a mulher do papel de mãe dedicada ao lar era coibido. Contudo, alguns médicos e higienistas da época defendiam os exercícios para as mulheres como forma de afastar os males e doenças, além de ser um importante aliado contra o adultério, já que sozinhas e

aprisionadas dentro de casa sobraria tempo para sonharem com outros amores. De acordo com Del Priore (2000), na Europa as mulheres já pedalavam e jogavam tênis, enquanto que no Brasil, as pertencentes à elite, praticavam a equitação. Segundo a autora, essa nova mulher que começa a movimentar-se nasce no início da República em um cenário onde misturam-se imigrantes, remanescentes da escravidão e representantes da elite.

Nas revistas feministas começavam a aparecer incentivos ao esporte, porém com um discurso que enaltecia a sua prática em prol da beleza e da saúde. Goellner (2003) faz em seu livro “Bela, Maternal e Feminina” uma análise da representação da mulher (tanto dos textos, quanto das ilustrações e fotografias) na Revista Educação Physica nas décadas de 30 e 40. Ela analisa como o corpo da mulher era descrito, aconselhado, orientado e prescrito pela revista (ou pela voz autorizada dos homens que falavam através da revista). A autora observa três imperativos que cerceavam o corpo feminino como constituintes da formação de uma “verdadeira mulher”: beleza, maternidade e feminilidade. A beleza como “obrigação”, a maternidade como destino e a feminilidade como conseqüência dos anteriores.

Nos anos 20 a mulher abandona o espartilho e as roupas passam a ser classificadas por tamanho. Philippe Perrot⁴ diz que a partir de então a mística da magreza se desabrocha e o emagrecimento vira obsessão. Caber nos tamanhos confeccionados por costureiros franceses era sinal de elegância e beleza.

O “tamanho”, ou seja, rubrica que passa a determinar a largura e a conformação do corpo em relação à roupa, torna-se uma espécie de forma anatômica. Além de constrangimento moral e não apenas corporal, o tamanho traduzia, num martírio mental e não mais físico, a linha de demarcação que passara a reprovar e estigmatizar toda mulher que o extrapolasse (p.66).

Com o declínio da produção agrária e a abolição da escravidão, as primeiras décadas do século XX são marcadas pelo acelerado processo de modernização no

⁴ *Apud* Mary Del Priore, “Corpo a Corpo com a Mulher: pequena histórias das transformações do corpo feminino no Brasil”. São Paulo, Senac São Paulo, 2000, p.66.

país. Esse processo redefine hábitos, comportamentos e atitudes de homens e mulheres, e a oferta de serviços, produtos, trabalho e divertimento também se modificam. As vivências sociais, domésticas e familiares são reorganizadas, e o cuidado com o corpo e com a saúde ganha espaço significativo na vida da mulher. Mulher esta que começa a entrar no mercado de trabalho e a redefinir seus papéis sociais. Toda essa reorganização social, se por um lado é necessária e inevitável para se adaptar a esse novo momento, tal qual as potências industriais, por outro são consideradas como uma ameaça ao núcleo familiar. O grande temor é a dissolução da família, considerada como responsável pela educação da infância e da ordem social (GOELLNER, 2003).

As novas necessidades sociais como a ginástica e os esportes, ao lado de outras práticas de lazer e divertimento como desfile de moda e viagens, potencializam a visibilidade das mulheres no espaço urbano. Essas atividades, apesar de incentivadas por revistas da época, eram colocadas com desconfiança e cheias de normas de conduta, visto que poderiam, se mal realizadas, ameaçar a família nuclear urbana. Mônica Schpun (1999) descreve em seu livro *“Beleza em jogo - cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20”*, as recomendações de um educador chamado Fernando Azevedo. Para ele, a educação física da mulher deveria constar de:

a) jogos infantis, especialmente os nacionais; b) ginástica sueca, principalmente apropriada à função respiratória e à bacia e aos membros inferiores; c) esportes, tais como dança clássica, ao ar livre, pedestrianismo (pequenos passeios, corridas e marchas de pouca duração e extensão); d) e, finalmente, a natação, que é esporte utilitário de maior capacidade higiênica e morfogênica. Referindo-me às danças, sob o ponto de vista higiênico, claro está que nesta categoria de indiscutível valor fisiológico não podem entrar as danças modernas (danças de salão), à noite, em salas mal arejadas, tão repelidas pela higiene moderna como por ela são aconselhadas as danças antigas – essas admiráveis variações do salto e da marcha. Os exercícios, pois, que mais convêm à mulher são aqueles que aumentam a flexibilidade e

a destreza da coluna vertebral, isto é, os movimentos que, sujeitos às leis da cadência e do ritmo, se tornam, por assim dizer, a poesia da locomoção. É que na flexibilidade do tronco e da harmonia dos movimentos depende um dos maiores encantos da mulher: a GRAÇA. A educação física para moças deve ser, pois, higiênica e estética, e nunca “atlética”, visar sobretudo o desenvolvimento da parte inferior do corpo, dar a graça e a destreza dos movimentos, procurando antes a ligeireza do que a força (p.50-51).

Características como ousadia, coragem, esperteza, sensualidade e agilidade também apareciam nas páginas da *Revista Educação Physica* como atributos que identificavam a imagem da “nova mulher”. Atributos estes, como nos lembra Goellner (2003), originados do discurso e do desejo masculino, já que quase sempre eram os homens que escreviam e ilustravam as páginas da Revista.

Todo esse cenário favoreceu o surgimento de valores de consumo nunca antes vistos no Brasil. Os produtos de beleza, tais como cremes, maquiagens, perfumes, começam a ganhar cada vez mais destaque. Através da exposição desses produtos em vitrines, revistas e anúncios, as mulheres vão cada vez mais se preocupando com a aparência física. As imagens publicitárias de mulheres jovens e bonitas, cheias de prazer ao cuidarem do próprio corpo, ajudam a associar a aparência como parte fundamental da higiene pessoal e da saúde (EDMONDS, 2002). Nos anúncios publicitários os produtos de beleza são capazes de não apenas tornarem a mulher mais bela como também mais feliz e satisfeita com ela mesma, pois eles podem influenciar diretamente o psiquismo de cada mulher (SANT’ANNA, 1995).

Beleza é a palavra de ordem. A feiúra deve ser banida. Entenda-se por feia aquela que não se apresenta de acordo com as imagens das mulheres na mídia. Segundo Novaes (2008), atualmente a feiúra é uma das mais presentes formas de exclusão social feminina, e como tal, uma importante forma de agenciamento de subjetividade.

Essa preocupação em ser bela, como visto, não é novidade. A feminilidade sempre esteve associada à beleza. Porém, a beleza agora torna-se mais palpável

graças aos concursos de beleza e às imagens femininas na imprensa na forma de conselhos de beleza (DEL PRIORE, 2000). O misto de beleza e elegância cede espaço à beleza e a saúde. Com a conquista dos espaços públicos as mulheres agora exibem seus corpos ao ar livre, menos cobertas e mais esbeltas e sensuais graças ao avanço da medicina, à boa nutrição e aos exercícios físicos que agora eram incentivados pelos médicos como forma de preservar não só a saúde, mas a pele saudável e o corpo firme e jovem.

As mulheres do cinema e as que apareciam na imprensa e em fotografias ditavam os padrões a ser seguido. A imagem da mulher (ou garota) moderna, como nos conta Schpun (1999), era uma mistura de juventude, alegria, *jazz* e *cocktails*, e elas deviam se apresentar assim inclusive no trabalho. Nos dias de hoje essa questão da aparência ainda é fator importante dentro de um processo seletivo para conquistar uma vaga de emprego. Não é incomum vermos na mídia dicas de como se vestir e se comportar diante uma entrevista de trabalho: roupa, sapato, maquiagem, cabelo, postura e linguagem compõem esse manual a ser seguido para a obtenção do sucesso.

As novas imagens femininas começaram a se multiplicar graças ao cinema americano. Através das telas, elas influenciavam toda uma geração de mulheres. O corte de cabelo, a moda, o corpo, a postura, o poder de sedução, tudo era imitado e desejado pelas espectadoras. Segundo Del Priore (2000), “se por um lado a estética cinematográfica era sinônimo de mentalidade moderna e um domínio onde a mulher podia tomar iniciativas, por outro a sensualidade que emanava de sua representação a transformava em objeto passivo de consumo” (p.75). A personalidade feminina era traduzida nas telas e encarada como modelo de imagem que as mulheres desejavam possuir.

As imagens passam facilmente a serem produzidas como mercadoria. Harvey (2002) nos lembra que, como as identidades estão cada vez mais ligadas aos imperativos simbólicos de diferenciação social modulados pelo consumo, a fabricação de sistemas de signos e imagens passou a ter um papel muito mais integrador nas práticas sociais e culturais. Vinculada à identidade, a imagem torna-se um instrumento importante para expressão de interesses diversos. O corpo

passou a adquirir um grande destaque dentro desse processo de construção de identidade individual por meio das imagens. Assim, a imagem do corpo se tornou um componente imprescindível, de modo que hoje o *corpo* se confunde com o *eu*. Em *Histórias do Cotidiano*, Del Priore (2001) salienta que o corpo ampliou sua característica de consumidor nessa sociedade de “abundância” industrial. Existe uma enorme variedade de mercadorias para cada uma de suas partes coisificadas: para a pele, hidratante; para as unhas, esmaltes; para os cílios superiores, *curvex*; para o rosto, maquiagem. Somado a isso há ainda intervenções cirúrgicas e uma infinidade de aparelhos de ginástica direcionados às nádegas, pernas, braços, barrigas, tórax, costas, panturrilhas etc.

Com o aparecimento dessas mulheres jovens, sensuais e maliciosas nas telas do cinema, a mulher velha é banida do cenário representado por essa sociedade. Envelhecer começa a ser associado ao afastamento do convívio social e à perda de prestígio. A subjetividade é reduzida ao corpo, à sua imagem e aparência, à sua performance, à sua saúde, à sua juventude e longevidade. Associa-se diretamente gordura à velhice. Diferente da época do Brasil colônia onde ser “cheinha” era sinal de saúde e prazer por se comer do bom e do melhor, a obesidade começa agora a se tornar um critério determinante de feiúra (Del Priore, 2000). Em extensa pesquisa realizada em consultórios, clínicas de cirurgia plástica e academias de ginástica, Novaes (2006) investigou qual a representação social da feiúra para as mulheres. Segundo a autora duas características apresentavam-se como constantes na busca de um corpo perfeito: manter-se magra e jovem. Gordura e velhice eram, nas falas das entrevistadas, características que se não pudessem ser totalmente eliminadas deveriam, pelo menos ser atenuadas ao máximo. Inúmeras eram as falas que apontavam a busca pelas cirurgias como uma forma de buscar apagar “os *deselegantes traços do envelhecimento*”.

No começo dos anos 30, a Revista Educação Physica já publicava nas suas páginas a idéia de feiúra atrelada à obesidade como algo a ser “curado”. Goellner (2003) reproduz em seu livro a ilustração da edição número 3 da revista, onde um corpo esbelto segue andando graciosamente para o mar, enquanto um outro, obeso,

estático, apenas observa e contempla a exibição do magro. Ao lado da ilustração aparece o texto:

Um corpo esbelto torna a mulher elegante e sedutora. A OBESIDADE o terrível inimigo da elegância e da juventude é facilmente combatida com o uso da LIPOLYSINA “Henning”. Consultae o vosso médico. A venda em todas as pharmacias e drogarias (p.32).

A gordura se opunha aos novos tempos que exigiam corpos rápidos e ágeis. Desde as primeiras décadas do século XX os meios de consumo divulgavam a possibilidade em, não sendo bela, tornar-se bela. A beleza passou a ser não mais uma obrigação, mas, sobretudo, uma “facilidade” – apenas uma questão de escolha e de vontade. “Ser bela tornou-se fácil”. Novaes (2006) aponta que o discurso entre as próprias mulheres é de que só é feia quem quer. As que não atingem esse modelo de beleza são vistas como sem força de vontade e desleixadas. A anatomia feminina deixou de ser um destino para ser uma questão de disciplina: “se não conseguimos agenciar nossos corpos, como seremos capazes de agenciar nossas vidas ou nossos empregos” (NOVAES, 2006)? Alguns termos usados na Revista Educação Physica como tenacidade, insistência e empenho pessoal, evidencia que a beleza, antes de ser um dom divino, é conseqüência de um trabalho constante e árduo, que requer dedicação e disciplina (GOELLNER, 2003).

Sendo assim, a mulher é responsabilizada pela sua aparência física. Para beneficiar seu estado de saúde e para ser aprovada e reconhecida pelo olhar masculino, ela é instigada a participar do universo das práticas corporais com empenho e esforço. O que é normativo para a mulher contemporânea, não é que seja dito que ela deve ser bela, nem mesmo o fato dos modelos de beleza serem impostos (uma vez que o discurso sempre foi este), mas o fato de afirmar-se, sem cessar, “que ela pode ser bela, se assim o quiser” (Novaes, 2001, p.42). A feiúra é vivida como um drama e, para corrigi-la, além dos exercícios e dos cosméticos, surgem as “fábricas de beleza”, cujo pior fruto, segundo Del Priore

(2000), é a cirurgia plástica milagrosa. Torna-se possível “trocar as peças” do corpo que envelhecem ou não estão de acordo com o gosto individual (individual?). Com a segurança médica e os pagamentos a perder de vista, alcançar o modelo estético corporal diferente daquele determinado pelo biótipo, parece estar cada vez mais ao alcance de todos, independente da classe social:

[...] a era da produção em massa da aparência está ao alcance da mão, e a América Latina está recebendo com um sorriso e braços abertos. Como muitos fenômenos da cultura de massa, a mania de cirurgias tem um forte componente no *show-business* americano. Ao escolher a cirurgia estética, mulheres latinas de todas as origens étnicas e raciais estão escolhendo principalmente um visual: uma variação da tradicional *California Girl*, de busto grande e nariz pequeno. [...] *Barbie* ou *Baywatch*, é uma fantasia nórdica transplantada para as regiões do sul do hemisfério. (FERNANDEZ apud ANTUNES, 2001, p.12).

A mulher é cada vez mais empurrada para seguir a tríade beleza, juventude e saúde. No século XXI, a mídia possui grande participação com a preocupação das mulheres em tornarem-se responsáveis por seus próprios corpos, tanto por suas formas quanto por seu envelhecimento (MALYSSE, p.97, 2002). É ela uma das grandes responsáveis pela divulgação desse modelo da mulher bela, cheia de curvas, magra, que inspira jovialidade e saúde. Seguir-lo é quase um martírio para as mulheres, visto que este é um modelo quase inatingível. Inatingível porque, de acordo com Novaes (1997), as imagens desse corpo que são veiculadas nada têm de humano e a promessa de felicidade absoluta, plenitude e intemporalidade aí contida lançam as mulheres para a impossibilidade de adequar-se aos novos padrões estéticos. Não por acaso, observa-se, cada vez mais o aumento de transtornos de depressão, angústia, frustração e ansiedade, além dos distúrbios alimentares e de distorções da imagem corporal, tais como a anorexia, a bulimia que se tornaram comuns no atendimento psiquiátrico psicológico.

É a era do culto ao corpo e da lipofobia. Das academias de ginástica, dos anabolizantes, esteróides e anfetaminas, das inúmeras e infindáveis técnicas de

correção corporal, o corpo 'malhado' entrou em cena. Beleza é artigo de primeira necessidade. Mas para tê-la é preciso pagar. O prazer é, irreversivelmente, associado ao esforço, o sucesso à determinação, e a intensidade do esforço é claramente proporcional à angústia provocada pelo olhar do outro (NOVAES, 2007). As dimensões como estatura, peso, cintura, busto e quadris, se referem às áreas visadas pelo modelo cultural, conferindo ao corpo feminino o seu *grau de beleza*. Em muitos casos, a segurança e o *status* da mulher estão condicionados pelo grau em que ela exerce atração nos homens, independente de seus interesses, habilidades ou outros valores pessoais. Portanto, não estar bem ou bonita para estas mulheres, pode resultar em um grande fracasso, levando a insegurança e a perda da auto-estima (PENNA, 1989). Segundo Penna (1989), a satisfação da mulher com o seu corpo varia conforme o desvio entre aquilo que ela considera modelo ideal feminino e suas reais proporções.

Surge um rol de especialistas em rejuvenescimento e em embelezamento, tais como os nutricionistas, esteticistas, *personal trainers*, dermatologistas, cirurgiões plásticos, massagistas, *personal stylist* e terapeutas corporais, além de um grande crescimento de áreas profissionais ligadas à estética corporal, que abrange desde ensino superior, especializações e cursos técnicos.

Del Priore (2000) indaga: qual é a necessidade dessa perfeição? As diversas técnicas para transformar e maquiar o corpo num modelo inatingível não o torna ilusório? Essa ilusão não provoca mais frustração que prazer?

Frente a tal contexto, o corpo, a aparência física se apresenta como veículo de transformação e/ou construção da auto-imagem individual que pode expressar “respeitabilidade”, “prestígio”, “subversão”, “criatividade” e até mesmo “personalidade”. No entanto, como nos lembra Novaes (1997), ao buscar incessantemente a sua originalidade, o corpo apaga-se no coletivo dessa busca, pois esta se transforma em regra. “A tirania da perfeição física empurrou a mulher não para a busca de uma identidade, mas de uma identificação” (Del Priore, 2000, p. 13).

3.2. O FEMINISMO

É muito difícil definir o que foi (ou o que é) o feminismo, pois este diz respeito a um processo que tem raízes no passado, e que não tem um ponto pré-determinado de chegada, pois ainda se constrói no cotidiano. O movimento feminista, como todo processo de transformação, possui contradições, alegrias e medos, recuos e avanços. Segundo Teles (1993), ele assume formas diferentes conforme as classes e camadas sociais, nos diversos grupos étnicos e culturais, e teve, ou tem como objetivo, questionar as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre as outras. Dessa forma, existe uma grande diversidade de vertentes que podem ser observadas daquilo que se compreende de Feminismo, e por isso várias autoras passaram a utilizar o termo no plural: *feminismos* (Costa e Sardenberg, 1994; Alvarez, 1998 e 2000; Castro, 2000; Rodrigues, 2002; Swain, 2003; Freedman, 2004; Rago, 2006; Soihet, 2006, dentre outras).

Sendo assim, não é minha pretensão detalhar os diversos movimentos feministas que ocorreram ou ocorrem no mundo, mesmo porque outros já o fizeram. Neste capítulo passarei pela história do feminismo de uma maneira breve e aprofundarei seus acontecimentos no Brasil, especialmente a partir da década de 60.

3.2.1. A Herança Histórica

Para começar a discutir sobre o feminismo, Kennard & Carter (1994) contribuem para uma reflexão a cerca dos registros históricos sobre as mulheres. Segundo estas autoras, desde a antiguidade até o mundo moderno a mulher tem sido descrita e estudada a partir de uma perspectiva eurocêntrica masculina, ou seja, de quem detém o poder. Conseqüentemente, registros que descrevem uma história genérica da humanidade não passariam de uma interpretação tendenciosa de fatos que na realidade, retratam a história do homem. O que se observa historicamente é que apenas as mulheres que de alguma forma se destacaram por sair da média mereceram algum tipo de registro. Neste sentido, a discussão ao longo deste capítulo não faria sentido se estivesse desassociada desta reflexão.

Algumas argumentações naturalistas que ainda hoje demarcam os espaços para homens e mulheres aparecem descritas na antiguidade. Na Grécia a mulher era excluída do mundo do pensamento e do conhecimento. A ela cabia somente as funções reprodutivas e de criação dos filhos, e quando exercia um trabalho, este estava diretamente ligado à subsistência do homem, como a fiação e a tecelagem por exemplo. Xenofonte, ainda no século IV a.c., afirmou que “os Deuses criaram a mulher para as funções domésticas, e o homem para todas as outras” (ALVES e PITANGUY, 1991, p.12). A participação da mulher nas atividades “extradomésticas” sempre esteve associada ao afastamento do homem por motivo de guerras ou morte, porém sua remuneração sempre foi inferior ao do homem.

Segundo Alves e Pitanguy (1991), no século XIV uma escritora francesa chamada Christine de Pisan pode ser considerada como uma das primeiras feministas ao defender a igualdade entre os sexos, principalmente no que diz respeito à educação: “se fosse costume mandar as meninas à escola e ensinar-lhes as ciências, como se fazem aos meninos, elas aprenderiam da mesma forma que estes e compreenderiam as sutilezas das artes e ciências, tal como eles”, sugerindo assim, que homens e mulheres são iguais por sua própria natureza (p. 18 e 19).

Na Idade Média, apesar da perseguição sofrida pelas mulheres, conhecida como “caça às bruxas⁵”, sua participação foi significativa tanto na vida social quanto na econômica. No entanto, a idéia que prevaleceu dessa época foi a de uma mulher frágil e indolente, entretida em seus bordados e a espera de seu cavaleiro andante, visão distorcida e transmitida pelo romantismo da cavalaria (ALVES e PITANGUY, 1991).

No século XVII, apesar da idéia de igualdade de direitos para a mulher ainda apareça como intolerável, é neste momento histórico que o feminismo adquire características de uma prática de ação política organizada. É entre meados deste

⁵ Nesse período da Idade Média, essencialmente teológico, a mulher foi acompanhada pela “maldição bíblica de Eva”, figura denegrada, vista como responsável pela queda do homem e considerada a instigadora do mal. Este estigma se propagou por todo o sexo feminino, ocasionando na perseguição implacável ao corpo da mulher. Milhares de mulheres foram assassinadas e torturadas na Europa e nas Américas. Essa perseguição reflete uma luta pela manutenção de uma posição de poder por parte dos homens, uma vez que a mulher, tida como bruxa, “supostamente possuiria conhecimentos que lhe confeririam espaços de atuação que escapavam ao domínio masculino”(ALVES e PITANGUY, 1991, p.21).

século, até o século XX nos Estados Unidos e no Reino Unido, que compreende a primeira fase do movimento feminista, ou “a primeira onda”, tendo como tema principal o sufrágio universal (BRYSSON, 1992). Surgem mulheres como Jeanne Deroin e Flora Tristan, duas líderes operárias que afirmavam a necessidade de educação e organização por parte das mulheres para defenderem seus interesses. Jeanne escreveu, em 1848 na França, um *Curso de Direito Social para as Mulheres*, no qual pretendia apontar às próprias mulheres a passividade por elas assumida (ALVES e PITANGUY, 1991). Dois acontecimentos marcaram o final desta primeira onda: o primeiro, no Reino Unido em 1918, foi o *Representation of de People Act*, que assegurou às mulheres acima de 30 anos o direito de votar. O segundo, em 1920, foi a *Emenda 19 à Constituição Americana*, que garantiu o direito ao voto às mulheres em todos os Estados da Federação (BRYSSON, 1992).

A chamada “segunda onda” teve início no segundo pós-guerra, período em que o espaço doméstico volta a ser atribuído à condição feminina, uma vez que estas precisam ser retiradas do mercado de trabalho para que cedam lugar aos homens que retornaram da guerra. A luta agora é principalmente pelo direito civil, pelo combate as desigualdades na esfera familiar, do trabalho e da sexualidade. Simone de Beauvoir é o principal nome dessa fase, e seu livro, *O Segundo Sexo* (1949), a principal obra. Outros dois trabalhos clássicos do feminismo nesta *segunda onda* são: *A Mística Feminina*, de Betty Friedan (1963), *O tráfico nas mulheres: notas sobre a economia política do sexo*, de Gayle Rubin (1975). Beauvoir denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual e estuda os condicionamentos que a mulher sofre durante o período de sua socialização. Friedan estuda a questão da identidade feminina na família. E Rubin marca este período descrevendo o sistema sexo/gênero, sendo sexo correspondente à esfera biológica do corpo, e gênero, o significado que a cultura atribui a esse corpo.

Ao que tudo indica, a terceira e última “onda feminista” teve início na década de 90 e permanece nos dias atuais, apesar de alguns autores marcarem o início deste momento histórico nos anos 80 (NARVAS e KOLLER, 2006). Independentemente dessa divergência, este momento é caracterizado pela crítica a forma essencialista que o feminismo, tradicionalmente, entende homens e mulheres.

Mesmo sendo vista como continuação da “segunda onda”, esta terceira surge como uma reação as falhas anteriores. De acordo com Pinto (1992), o feminismo da segunda onda foi acusado de excludente e elitista em vista de sua ênfase na igualdade. Essa tensão se iniciou pelas mulheres negras nos Estados Unidos, pois não se viam representadas pelo movimento, o qual era visto sob a ótica da mulher ocidental, branca e de classe média. Mas logo esta questão invadiu os movimentos feministas em outros países, inclusive no Brasil. Segundo essas mulheres, a identidade de certos grupos feministas implicava a exclusão de outros grupos.

A partir daí, o foco passa a ser discutir o que diferencia as mulheres umas das outras, e não só os homens das mulheres. O grande desafio dessa fase é pensar a igualdade e a diferença, simultaneamente, na constituição das subjetividades masculinas e femininas, já que a idéia de “mulher universal” já ressoa de maneira inconsistente e é utilizada somente para servir aos interesses das mulheres socialmente privilegiadas. Diante desse cenário, Chambouleyron (2009) aponta que:

A saída desse impasse exige um reconhecimento recíproco que parta de uma concepção de igualdade que incorpore as diferenças entre as mulheres. É preciso, portanto, explorar a possibilidade de um espaço social que admita, ao menos como hipótese, a simetria entre os seus participantes, mas sem negligenciar o papel que o poder cumpre nas interações humanas (p.12).

Abro um parêntese aqui para falar sobre o poder. O entendo e o utilizarei neste trabalho a partir da teorização de Michel Foucault (2002) ao afirmar que,

...o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (p.183).

O poder em Foucault não é possuído por uns e imposto a outros. Ele rejeita o modelo repressivo porque acredita que a repressão não é suficiente para garantir a obediência, e sim uma medida drástica para aqueles que perderam o poder ou o tem ameaçado. A obediência para Foucault requer que o sujeito se envolva ativamente no processo de produção de sua própria subordinação. Segundo ele o poder é exercido de uma forma construtiva, pois depende essencialmente das relações que se estabelecem entre os membros da sociedade. Ele é chamado “poder relacional”, e produz positivamente corpos e comportamentos através de normatizações, adestramentos e classificações. Neste sentido o poder é entendido não só como forma de repressão, pois:

Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos ao nível do desejo e também ao nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico. (FOUCAULT, 2002, p.148-149).

Apesar da classificação dos movimentos feministas, é errado pensá-los por uma perspectiva histórica linear, de caráter substitutivo do novo pelo precedente. As características das propostas de cada uma das “ondas” sempre coexistiram, e ainda coexistem na contemporaneidade. Enfim, o feminismo pelo mundo, independente do local geográfico e do momento histórico, mostrou-se não somente como um movimento organizado e publicamente visível. Pois, como afirma Alves e Pitanguy (1991), ele revelou-se, ou “revela-se também na esfera doméstica, no trabalho, em todas as esferas em que as mulheres buscam recriar as relações interpessoais sob um prisma onde o *feminino* não seja o menos, o desvalorizado” (p.9).

3.2.2. O Feminismo no Brasil

Diferente do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, um movimento que ao mesmo tempo em que reivindica os direitos das mulheres desafia as ordens instituídas, aqui no Brasil os governos conservadores e os movimentos de esquerda abafaram os discursos das mulheres que buscavam seus direitos e lutavam por melhores condições de vida, pois enxergavam no feminismo um obstáculo para a luta libertária.

As manifestações feministas no Brasil começaram ainda no século XIX e se estenderam pelas três primeiras décadas do século XX. Elas se caracterizam pela associação direta com alguma personalidade, pelo esforço pessoal, na maioria das vezes, de uma intelectual que vinha a público para defender os direitos das mulheres. É o caso de Bertha Lutz, integrante da elite econômica e intelectual da época, defendia os direitos políticos às mulheres.

Bertha Lutz é sem dúvida uma das figuras mais importantes da historiografia feminista no Brasil. Foi uma das mulheres de sua geração que desfrutaram de incontestável autoridade científica e política. Escreveu muito, e mais ainda se escreveu sobre ela, especialmente em sua época. E é devido a essa importância que, sem a preocupação (muito menos a intenção) de rotular o feminismo de Lutz dos anos 20-30, abro aqui um parêntese para contar brevemente quem ela foi. Como este estudo trata de mulheres e recorreu à história de vida como metodologia, torna-se pertinente uma rápida passagem sobre a história de alguém que influenciou toda uma geração de mulheres. E, para contar essa história, me baseio fundamentalmente em três artigos: **(A)** “Práticas e Disputas em torno do patrimônio científico-cultural: Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil”, de Mariana Moraes de Oliveira Sombrio, Maria Margaret Lopes e Léa Maria Leme Strini Velho (2008); **(B)** “Para ler Bertha Lutz”, de Lia Gomes Pinto de Sousa, Mariana Moraes de Oliveira Sombrio, Maria Margaret Lopes (2005); **(C)** “Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro”, de Maria Margaret Lopes (2008).

Nascida em 1884, Bertha Lutz foi uma das mulheres de sua geração que desfrutaram de autoridade política e científica incontestável, sendo lembrada até hoje por ter liderado o movimento feminista brasileiro nas primeiras décadas do século XX e por seu empenho em estimular a educação e a profissionalização das mulheres (A). Graduada em Ciências Naturais pela Sorbonne em Paris, em 1918, exerceu com êxito a profissão de naturalista. Ingressou no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1919 e lá consolidou sua carreira científica nos mais de 40 anos de funcionalismo público (B). Antes de se tornar representante do Museu Nacional no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB) em 1939, Lutz especializou-se em anfíbios anuros, deu continuidade a algumas pesquisas de seu pai, Adolpho Lutz, e estudou métodos de divulgação e técnicas de preparo e organização de mostruários de Museus de História Natural (A).

Ao voltar da Europa para o Brasil, Lutz, influenciada pelos ideais femininos da França, publicava em Cartas, Revistas e Jornais da época suas idéias e convocava as mulheres a fazerem “um ensaio de fundação de uma liga de mulheres brasileiras” (C). Finalmente, em 1922, ela cria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Composta por mulheres de classe média e intelectualizadas, a FBPF, que também discutia sobre ciências, patrimônio e proteção à natureza, se tornou um lugar de sociabilidade para essas militantes que buscavam encontrar redes de apoio e se inserir em espaços de trabalho científico no Brasil (A). Mesmo apoiando as causas das mulheres, era difícil não associar, nos discursos de Lutz, suas representações aos tradicionais papéis do masculino/racionalidade e feminino/sensibilidade de sua época (C).

Em 1933, Lutz graduou-se em Direito no Rio de Janeiro. Liderou a luta pelo voto feminino e exerceu, ela própria, o direito de ser votada. Em 1934, representando a “Liga Eleitoral Independente” fundada pela FBPF, Lutz é eleita pelo Partido Autonomista do Distrito Federal à suplência, mas assume o cargo substituindo o Deputado Cândido Pessoa, que viera a falecer. Dentre as suas inúmeras proposições no cargo, destacam-se aquelas que defendiam os direitos políticos e jurídicos das mulheres em geral, dando especial atenção às questões relativas ao trabalho, à educação, à maternidade e à infância. Algumas foram aceitas pela

Constituinte e incorporadas à legislação brasileira. Em julho de 1936, assumiu a cadeira de Deputada Federal, e exerceu o mandato até 10 de novembro de 1937, quando o Congresso foi fechado por Getúlio Vargas, iniciando a ditadura do Estado Novo (B). Durante um ano e três meses de atuação parlamentar, Bertha Lutz mesclou os interesses feministas com os próprios de sua formação científica, experiência profissional e situação funcional (B).

Lutz participou como delegada plenipotenciária do Brasil na Conferência de São Francisco, da fundação da ONU, em 1945, onde se firmou a Carta das Nações Unidas – considerado o primeiro instrumento internacional em que se estabelece o princípio de igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em 1948, juntamente com delegadas representantes dos Estados Unidos, República Dominicana e China, Lutz assina a Declaração dos Direitos Humanos pelas Nações Unidas. Elas foram as responsáveis pela mudança do nome da Declaração de Direitos do Homem para Declaração dos Direitos Humanos. Lutaram para que as mulheres fossem reconhecidas no conteúdo da carta e por sua inclusão nos cargos políticos da ONU (C).

Lutz trabalhou muito durante todos os anos de sua carreira para consolidar-se profissionalmente e em seus propósitos feministas. Aposentou-se aos 70 anos em 1964 e faleceu no ano de 1976.

Lutz faz parte da primeira vertente do movimento feminista no Brasil. Segundo Pinto (2003), é possível identificar três fases, ou vertentes do movimento. A primeira, então liderada por Bertha Lutz, compreende o período entre o século XIX e o século XX, e a conquista do sufrágio pelas mulheres, em 1932. Foi a mais forte e organizada e seu alcance se estendeu por todo o país. Porém, Pinto (2003) aponta limites bem definidos nesta vertente:

...nunca define a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem. A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer como a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs (p.14 e 15).

No século XIX, durante a Constituição de 1891, muitas mulheres lutaram pelo direito ao voto, requerendo alistamento tanto como eleitoras como candidatas. Apesar de não aprovado, a Constituição não proibiu o voto das mulheres, pois elas nem mesmo apareciam no texto constitucional, pois não eram vistas como indivíduos dotados de direito, ou seja, sua exclusão, derivada do senso comum da época, era encarada como natural. De acordo com Hahner (2003), os políticos redatores dessa Constituição não pensavam a mulher de outra forma que não a de completa submissão às ordens do marido, principalmente no que dizia respeito à educação e a criação dos filhos. O homem era o responsável pela família e pelo casal. E à mulher casada as restrições eram ainda maior, não podendo exercer atividade profissional nem administrativa sem o consentimento do marido. Ainda segundo a autora, artigos que tratam da inferioridade e incapacidade da mulher passaram a constar no Código Civil de 1916.

Essas imposições e restrições as quais as mulheres estavam sujeitas no início no século XX refletem uma sociedade patriarcal brasileira, que, mais do que ditar regras, solidificam o papel cultural e social feminino construído ao longo dos anos.

Um grupo de mulheres, inconformadas com a não-aprovação do voto feminino pela Constituição, fundou em 1910 o Partido Republicano Feminino (PINTO, 2003). A fundação de um partido político por cidadãs que não eram dotadas de direitos mostra claramente o objetivo da luta do Partido: representar os interesses das mulheres no âmbito político. Porém, fez muito mais do que isso ao falar sobre emancipação e independência e propugnar o fim da exploração sexual. Neste mesmo ano, conforme nos conta Teles (1993), foi publicado, em São Paulo, o jornal dirigido às mulheres *Anima Vita*, que invocava a luta pela regulamentação do trabalho feminino.

O Partido Republicano Feminino desapareceu nos últimos anos da década de 1910, e, pouco tempo depois, mais precisamente em 1922, Bertha Lutz, ao voltar dos Estados Unidos, funda a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) e organiza o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. Vale lembrar que a condição econômica e cultural de Lutz foi fundamental para a construção de sua liderança na Federação. De acordo com Pinto (2003), ela tinha reconhecimento e trânsito na elite política da época. Ainda segundo a autora,

Isso é duplamente importante na medida em que dá elementos para explicar tanto as facilidades encontradas por ela e suas seguidoras para levar adiante suas iniciativas como a própria forma bem-comportada de sua luta. Bertha lutava pelos direitos negados pelo Estado brasileiro à mulher, mas ao mesmo tempo era representante oficial desse mesmo Estado em conferências internacionais (p.23).

Pode-se dizer que Lutz tinha grande apoio das elites brasileiras principalmente por não questionar as relações patriarcais. Nas suas discussões feministas não apareciam críticas ao papel social da mulher e às relações de gênero. Sua luta se limitava a emancipação política da mulher, principalmente, pelo direito ao voto. No entanto, outras mulheres sem qualquer relação com a FBPF ganharam destaque na luta pelo voto em diferentes estados do país. É o caso de Elvira Komel, primeira eleitora mineira em 1928. Porém, é somente em 1933 que a mulher ganha o direito de votar e ser votada, direito que passa a ser incluído no novo Código Eleitoral. Porém, como nos aponta Blay (2002), com a ratificação deste direito ocorrida somente na Constituição de 34 e com o golpe de 35, as mulheres só começam a votar dez anos depois, em 1945, com a redemocratização do Brasil.

A segunda vertente do movimento feminista no país aparece no final do século XIX e primeiras décadas do século com a luta pela liberdade de informação. A imprensa era um veículo para a expressão de grupos descontentes com as questões nacionais no intuito de apresentar à sociedade novas idéias e conquistar a opinião pública em seu favor. Mesmo sendo analfabeta grande parte da população brasileira na época (principalmente as mulheres), a imprensa escrita era o principal e mais abrangente meio de comunicação do Brasil no começo do século XX. Bertha Lutz já havia escrito em grandes jornais vários artigos sobre o direito ao voto e civil da mulher, porém a diferença estava na postura assumida pelas feministas que escreviam e sustentavam pequenos jornais, com opiniões mais radicais sobre a condição da mulher. *O Sexo Feminino* é um exemplo de jornal que surgiu na década de 1870 em Minas Gerais e que problematizava essas condições. Fundado por Francisca Senhorinha Motta Diniz, tratava de questões como a emancipação das

mulheres através da educação. O livro de Pinto (2003) traz um artigo escrito por Francisca intitulado *O que queremos?*, onde ela lamenta o estado de ignorância de direitos em que vive a mulher:

O QUE QUEREMOS

“Queremos a nossa emancipação - a regeneração dos costumes;

Queremos reaver nossos direitos perdidos;

Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado o dom de que possamos educar também nossos filhos;

Queremos a instrução para conhecermos nossos direitos e deles usarmos em ocasião oportuna;

Queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administrarmos-los quando a isso formos obrigadas;

Queremos enfim saber o que fazemos, o porquê e o pelo quê das coisas;

Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;

Queremos saber o como se fazem os negócios fora de casa;

Só o que não queremos é continuar a viver enganadas”

Além da educação, as mulheres a frente desses veículos de comunicação tocavam em temas delicados para época como sexualidade e divórcio.

O terceiro momento, ou vertente do feminismo no Brasil se manifesta no movimento anarquista e, mais tarde no Partido Comunista, ainda nas primeiras décadas do século XX. Composto por grupos de trabalhadoras e intelectuais, militantes dos movimentos de esquerda, defendeu a liberação da mulher de uma forma radical, sendo a exploração do trabalho a questão central na maioria das vezes. Considerado o menos comportado dos movimentos feministas, era denunciada, sem meias palavras, a opressão masculina. Em 1920 surge o que possivelmente foi a primeira manifestação de mulheres com ideário anarquista no Brasil: um manifesto redigido pela União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro. De acordo com Pinto (2003), essas mulheres discursavam sobre a especificidade da opressão sofrida pelas trabalhadoras, apontando para as diferenças entre as categorias de gênero, étnicas, etc. Diferente do feminismo bem

comportado das sufragistas, que buscava apoio nos poderes ao não enfrentá-los, este feminismo anarquista, ou “malcriado”, caracterizava-se pelo enfrentamento expressado nas passeatas, nos jornais, livros e peças de teatro. Maria Lacerda Moura foi o principal nome deste movimento. Ela defendia questões como o amor livre e a educação social, além de trazer à luz a figura do homem como opressor.

Com o fim da guerra em 1945, surgiu no Rio de Janeiro o Comitê de Mulheres pela Democracia, que lutava pela consolidação da democracia e da conquista da igualdade de direitos no âmbito profissional, administrativo, cultural e político (TELES, 1993). Dois anos mais tarde é criada a Federação das Mulheres do Brasil (FMB), influenciada pelo Partido Comunista. Contudo, é a partir da ditadura militar que surgiria um novo feminismo.

3.2.3. O Feminismo pós-ditadura

A partir dos anos de 1960, enquanto nos Estados Unidos e na Europa surgem diversos movimentos que buscam romper com os parâmetros estabelecidos, no Brasil os militares dão o Golpe de Estado e instauram um regime marcado por perseguição política, censura, exílio e violência. Essa repressão atingiu forças populares organizadas, professores, advogados, jornalistas e estudantes. Os opositores do regime pagavam com a clandestinidade, o exílio, a luta armada ou simplesmente o silêncio.

O cenário americano era de um *boom* econômico do pós-guerra, os valores da família e da moral eram reforçados, e as mulheres eram apresentadas como a rainha do lar, dedicadas à família. Enquanto lá as relações de poder e hierarquia estavam sendo desafiadas nos aspectos público e privado, aqui reinava um cenário peculiar, marcado pela decretação do Ato Institucional n.5 em 1968 e pela inauguração de um regime de terror no governo Médici em 1969. Essa política de repressão extrapolou as questões políticas e atingiu fortemente as questões ditas morais e de costume (PINTO, 2003). O feminismo no Brasil surge nos anos 70, segundo Sarti (1998), como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, no sentido da elaboração política e pessoal da derrota da luta armada.

Paralelamente ao desenvolvimento do feminismo na década de 1970, existiam os movimentos de mulheres que não tinham como objetivo “pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas sim, a partir da própria condição de dona de casa, esposa e mãe, intervir no mundo público” (PINTO, 2003, p. 43). No entanto, não podemos entender esses movimentos como algo totalmente dissociado do movimento feminista, apesar de seus propósitos serem diferentes (o movimento das mulheres não lutavam pela mudança dos papéis atribuídos a elas pela sociedade), eles se aproximaram cada vez mais ao longo das três últimas décadas do século XX e se influenciaram mutuamente, resultando em características muito próximas do que se transformou a luta das mulheres no final do século passado e início deste.

Ser feminista era viver sob o fogo cruzado, pois para a direita o movimento era considerado imoral e perigoso, e, para a esquerda, um reformismo burguês. Além disso, para muitos homens e mulheres, feminismo tinha uma conotação anti-feminina (SARTI, 1998).

Se por um lado o movimento feminista no Brasil lutava por uma causa específica, a da transformação das relações de gênero, por outro, lutavam por uma questão muito clara existente no país: a desigualdade social, presente também no interior dos próprios movimentos. Tendo esse panorama como pano de fundo, o feminismo nesse momento histórico brasileiro se caracterizava pela luta por autonomia em um espaço fortemente marcado pelo político e pela especificidade da condição de dominada da mulher. Condição esta contestada por Romy Medeiros, advogada que se destacou em 1949 ao fundar o Conselho Nacional de Mulheres, lutava principalmente pelos direitos das mulheres casadas. A exemplo de Bertha Lutz, porém diferente das feministas que lhe sucederam nos anos 70, Romy mantinha boa relação com o governo, e, em 1972, liderou o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher. Este acontecimento, juntamente com outros de natureza totalmente diferente, como as reuniões quase privadas de grupos de mulheres no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi a marca do novo feminismo no Brasil. A partir dessas reuniões começaram a surgir grupos feministas, informais, influenciados pelo feminismo no hemisfério norte, caracterizado pela reflexão. Esses

grupos surgiram em quase todos os estados brasileiros, definindo, assim, outra peculiaridade do movimento no país: a dispersão.

Esses grupos, como nos aponta Pinto (2003), organizados por mulheres de esquerda e de meia idade, discutiam questões como sua posição na sociedade, o prazer, o corpo e a sexualidade, porém, o faziam “pedindo desculpas”. Parece que elas se sentiam culpadas por discutir questões desse tipo enquanto havia tanta necessidade em se tomar ações políticas. Porém, mesmo sendo de caráter informal e privativo, esses grupos se destacaram por seu pioneirismo ao discutir questões até então não levantadas e que foram fundamentais no Brasil a partir de 1975.

As mulheres exiladas, principalmente no Chile e em Paris, ao entrarem em contato com os ideários feministas destes países, logo ganharam a desconfiança de seus companheiros homens.

Na verdade, a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais (PINTO, 2003, p. 53).

Uma dessas mulheres, auto-exilada, foi Danda Prado, fundadora do Grupo Latino Americano de Mulheres, em 1972. Porém, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, em 1975, foi a organização mais importante de mulheres brasileiras no exílio. Ele representava um espaço onde as “mulheres se expressavam como mulheres” (PINTO, 2003). Enquanto este movimento tinha caráter expansivo e buscava espaços públicos de reflexão, aqui no Brasil as feministas permaneciam com suas reuniões íntimas, informais, quase um encontro entre amigas. Porém, a comunicação Paris-Brasil entre essas mulheres aconteceu de forma significativa (se pensarmos nas dificuldades de comunicação da época), e a soma de experiências das que viveram na ditadura e das exiladas contribuiu sobremaneira para o surgimento de um novo panorama do movimento quando estas últimas retornam ao país no começo dos anos 80 (SARTI, 1998).

É interessante notar que no espaço de luta política, a mulher aparecia como objeto de opressão por sua condição de gênero, ao mesmo tempo em que não existia como sujeito de direitos próprios, o que nos aponta o caráter autoritário e patriarcal da época.

No ano de 1975 a história do feminismo fica marcada com a decisão da ONU (Organização das Nações Unidas) em declarar oficialmente o Ano Internacional da Mulher. Com isso, as questões femininas ganharam mais destaque e um novo status. A partir dessa decisão, muitos eventos deram margem para as mulheres tomarem parte do espaço público, alguns organizados, inclusive, por aquelas pertencentes aos grupos de discussões privados. A criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira foi um marco na história do feminismo, chegando a abrigar três grandes tendências: a marxista, a liberal e a radical, sendo esta última a que encontrou maior dificuldade para se manter no Centro, uma vez que a única luta aceita na época tinha como objetivo alargar o campo político, o que, conseqüentemente, dificultava o crescimento de um feminismo mais radical e autônomo. Esta fase representou uma virada no movimento, que passava a se tornar público e institucionalizado (PINTO, 2003). Principalmente a partir da presença das mulheres mais de esquerda na *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*, em Belo Horizonte. Essas mulheres, ligadas ao ensino superior e à pesquisa, se reuniram por dez anos (1975 até 1985) na SBPC, dando origem ao embrião de uma nova ramificação do feminismo brasileiro: o acadêmico.

Em meados dos anos 70, segundo Goldberg (1986), o “feminismo organizado”, de mulheres de classes médias e na maioria intelectualizadas, surgiu dentro de um contexto de crise e de construção de novos padrões e modelos de sexualidade e subjetividade. Buscavam novas formas de expressar sua individualidade. Pinto (2003) caminha no mesmo sentido ao afirmar que, para essas mulheres, o antigo papel de mãe, esposa e companheira não cabia mais, e passaram a falar sobre seus corpos, “com suas mazelas e seus prazeres” (p.65). Os jornais surgidos nessa década, como o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher*, fortaleceram as reivindicações femininas e ajudaram as mulheres na conscientização da sua condição (TELES, 1993). Enfim, apesar de frágil e segmentado, o feminismo no final

da década de 70 havia se estabelecido o suficiente para incomodar os poderes estabelecidos.

Com o fim da ditadura e o retorno das exiladas ao Brasil, o movimento de mulheres se torna, no início dos anos 80, uma força política e social consolidada. Inclui-se na luta feminista, a batalha pela redemocratização do país. Neste cenário, um dilema passou a se instaurar entre as feministas: ou se partidariavam em dissidências com as quais se identificavam, ou agiam fora do contexto partidário, alegando que a institucionalização enfraqueceria a essência do movimento pela possível cooptação. A institucionalização aconteceu, o que não significou a extinção dos outros grupos, o que vem a reforçar esta característica quase sempre presente no movimento feminista brasileiro: a abrangência e a falta de unidade.

De acordo com Rago (1995/1996), a partir da experiência pela busca de uma linguagem própria na busca de uma identidade como nova protagonista política, as feministas fundaram inúmeras associações no país (Centro Brasileiro da Mulher, no Rio de Janeiro; a Associação de Mulheres, de São Paulo, futuramente denominada "Sexualidade e Política"; o Coletivo Feminista do Rio de Janeiro; o Coletivo Feminista de Campinas, etc) da qual se destaca o *SOS Mulher*, que apoiava, principalmente, mulheres vítimas de violência. Interessante é notar aqui, como nos mostra Pinto (2003), que as primeiras feministas engajadas nesta luta, nunca havia "sentido na pele" tal violência, extrapolando o campo tradicional do feminismo para outra cultura. A partir daí começa a surgir, por volta de 1985, algumas políticas públicas, como as delegacias especializadas no acolhimento das mulheres.

Na década de 80 os temas ligados às condições da mulher ganham o mercado editorial. As pesquisas acadêmicas desenvolvem-se e os grupos feministas mostram uma tendência à especialização ao tentarem impactar políticas públicas em áreas como a saúde e o trabalho. Como resultado, em 1988 a Constituição Federal altera a condição da mulher ao extinguir a tutela masculina na sociedade conjugal (SARTI, 1998). A partir de então, questões relativas à esfera privada e à subjetividade, como o corpo, o desejo, a sexualidade, as emoções e a família, passam a ser levadas à esfera pública. Surgem também temas como a estética, a beleza e os cuidados com o corpo.

O início dos anos 90 é marcado pelo surgimento de inúmeras ONGs que tinham como objetivo defender as demandas femininas. Podemos assistir nesse contexto a participação de mulheres das mais diversas origens econômicas, étnicas e culturais, principalmente as das camadas mais populares.

Nos dias de hoje, pouco ouvimos falar de movimentos feministas, no entanto eles não desapareceram, suas formas de manifestações é que parecem ser difusas, além de estarem em constante movimento, cheio de idas e vindas. Rago (1995/1996) nos ensina que as questões femininas hoje propõem

formas alternativas de organização social e sexual fundamentais para a construção de relações mais igualitárias não apenas entre os sexos, já que se trata fundamentalmente da construção de um novo conceito de cidadania, num campo em constante mutação (p.43).

É importante, portanto, considerar que mesmo o feminismo sendo reconhecido como um “movimento que traz genericamente benefícios à condição social da mulher” devemos considerar que as perspectivas dessas pessoas não são iguais, assim como suas possibilidades de identificação com “bandeiras feministas”, que as oportunidades das mulheres são distintas, e, principalmente,

as questões que tangem mais diretamente o feminismo, como a relação com o homem, o casamento como meio de vida, o significado e a vivência da maternidade são experiências com forte marcas culturais e de classe (SARTI, 1998, p.9).

Diante desta pluralidade da condição feminina, esta deve ser colocada no plano da subjetividade, uma vez que é a experiência subjetiva, dada numa determinada época, que ressignifica o lugar do homem e da mulher na sociedade.

3.3. GÊNERO

FEMININA
Ó mãe me explica, me ensina
Me diz o que é feminina?
Não é no cabelo
Ou no denço ou no olhar
É ser menina por todo lugar
Ó mãe, então me ilumina
Me diz como é que termina
Termina na hora, de recomeçar
Dobra uma esquina, no mesmo lugar
Costura o fio da vida
Só pra poder cortar
Depois se larga no mundo
Pra nunca mais voltar
Ó mãe, me explica, me ensina
Me diz o que é feminina?
Não é no cabelo,
Ou no denço, ou no olhar
Prepara e bota a mesa
Com todo o paladar
Depois acende outro fogo
Deixa tudo queimar
E esse mistério estará
Sempre lá
Feminina, menina
(JOYCE)

A palavra 'gênero' começou a ser usada pelas feministas americanas com o intuito de dar ênfase ao caráter fundamentalmente social das diferenças baseadas no sexo (SCOTT, 1995). Como visto, a origem do reconhecimento das pesquisas sobre gênero no Brasil aconteceu a partir das preocupações das feministas em revelar a opressão sofrida pelas mulheres. Como um dos principais argumentos para sua exclusão no final do século XIX e início do século XX estava pautado em argumentos biológicos, os estudos de gênero ganharam peso ao enfatizar a idéia de que as características atribuídas à mulher e ao homem são socialmente construídas, questionando e desconstruindo a concepção de "natureza" feminina ou masculina. Para melhor entender esta questão, se faz necessário a conceituação do termo gênero. Se formos procurar no dicionário, iremos encontrar a seguinte definição:

Categoria que indica por meio de desistências uma divisão dos nomes em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro (FERREIRA, 2000, p.433).

Talvez esta definição confusa seja um reflexo da utilização praticamente como sinônimos dos termos *sexo* e *gênero* durante anos. Estes eram (se ainda não são) comumente confundidos, ou seja, a categoria de gênero muitas vezes foi utilizada de forma figurada para se referir ao caráter ou traços sexuais de homens e mulheres. Centenas de pesquisas surgiram sobre o tema principalmente a partir dos anos 80 para alertar, ressaltar e comprovar que falar de gênero é falar de um constructo social.

A palavra *sexo*, numa análise sociológica, passa a designar

...a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e, no máximo, a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero ambiciona, portanto, distinguir entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza (HEILBORN, 1994).

Neste sentido, os autores que discutem o tema concordam, adotam e disseminam o sexo como atributo dado pela natureza, relacionado à dimensão biológica dos seres humanos. Diferente de gênero, elemento constitutivo das relações sociais e influenciado pela cultura. Construção cultural e social que definem os papéis de homens e mulheres dentro de uma sociedade, determinado ao longo da vida a partir de uma realidade que é dinâmica e que se transforma. (SCOTT, 1995; LOURO, 1995, 1996; MOORE, 1997; HEILBORN, 1994; DUNNING & MAGUIRE, 1997; BOTELHO GOMES & SILVA, 2000, 2004; SOUSA & ALTMANN, 1999; MOURÃO, 2007; DAOLIO, 2007; SALLES-COSTA, 2003; DAMICO, 2007; GOELLNER, 2004; ADELMAN, 2002; KNIJNIK, 2001; CONNEL, 2003; GOLDENBERG, 1998; GIDDENS, 1999; BOURDIEU, 2003, entre outros). É a partir desta conceituação que pretendo discutir como muitos comportamentos, desejos, sentimentos e emoções, vistos como partes de uma essência feminina e masculina,

na verdade são produtos de determinado contexto histórico e social no qual os sujeitos estão inseridos.

Não se trata aqui de dizer que homens e mulheres são iguais, pois sempre foram e sempre serão diferentes. O grande problema, como nos ensina Louro (1995), é quando se procura atribuir à ordem natural diferenças que são frutos de processos pertencentes à esfera cultural, transformando tais diferenças em desigualdades. Desigualdades tais quais as descritas no capítulo sobre os movimentos feministas, como de oportunidades, tratamentos, salários e, principalmente, do exercício pleno da cidadania.

Sendo assim, através das mais variadas práticas sociais, as funções, os valores, os atributos e as condutas de homens e mulheres, ao mesmo tempo em que atribuem sentido aos corpos, também os “disciplinam” em função daquilo que é aceito socialmente como a forma exclusiva (e não hegemônica) do feminino ou do masculino. E isso ocorre desde os primeiros meses de vida de uma criança, quando o quarto rosa é decorado para uma menina, ou papel de parede de carrinho compõe a decoração do quarto do menino – e todos os significados que são atribuídos a estes símbolos e cores. E os exemplos se seguem ao longo da vida da criança, que cresce e aprende a distinguir gestos, atitudes e atividades socialmente aceitáveis como tipicamente masculinas ou femininas e a fazer suas escolhas a partir dessa distinção que lhe é dada *a priori*. (BRANDÃO, 2006).

Mulheres e homens, ao longo da história, foram educados a seguir determinados comportamentos que ditavam suas condutas como próprias da esfera feminina e masculina. Para ilustrar, em um artigo sobre as mulheres dos anos dourados, Carla Bassanezi (2000) transcreve um Teste de Bom Senso publicado no dia 17 de abril de 1952 em uma das revistas femininas mais lidas dos anos 50, *Jornal das Moças*:

Teste de Bom Senso

Suponhamos que você venha a saber que seu marido a engana, mas tudo não passa de uma aventura banal, como há tantas na vida dos homens. Que faria você?

- 1. Uma violenta cena de ciúmes?*
- 2. Fingiria ignorar tudo e esmerar-se-ia no cuidado pessoal para atraí-lo?*
- 3. Deixaria a casa imediatamente?*

Resposta

- A primeira resposta revela um temperamento incontrolado e com isso se arrisca a perder o marido, que, após uma dessas pequenas infidelidades, volta mais carinhoso e com um certo remorso.*
- A segunda resposta é a mais acertada. Com isso atrairia novamente seu marido e tudo se solucionaria inteligentemente.*
- A terceira é a mais insensata. Qual mulher inteligente que deixa o marido só porque sabe de uma infidelidade? O temperamento poligâmico do homem é uma verdade; portanto, é inútil combatê-lo. Trata-se de um fato biológico que para ele não tem importância.*

Se hoje esse teste causa espanto às mulheres, não surpreenderia esposas comuns criadas nos moldes da classe média dos anos 50 no Brasil. Elas sabiam da importância dada ao casamento na vida de qualquer mulher que já nasce para ser dona de casa, esposa e mãe. Teria aprendido que a felicidade conjugal depende principalmente dos esforços femininos para manter o marido satisfeito e a família unida, e que mulheres e homens vêem o sexo de maneira distinta. Porém, como afirma Bassanezi (2000), isso não quer dizer que todas as mulheres agiam e pensavam em função do que era esperado, e sim que “as expectativas sociais faziam parte de sua realidade, influenciando suas atitudes e pesando em suas escolhas” (p.608). O que podemos perceber claramente neste teste são construções sociais sendo tratadas como um fator biológico de diferenciação entre os sexos, e, portanto, imutáveis. Essas diferenças marcam a história da mulher ao serem usadas como pretexto para definir relações hierárquicas onde homens ocupam a posição de dominação e mulheres a de subordinadas. Segundo Tucker e Money (1981), existem

apenas quatro imperativos biológicos reservados a todos os homens e mulheres: o de fecundar para eles e o de menstruar, gestar e amamentar para elas. Fora isso, segundo os autores, nenhuma diferença entre os sexos está ordenada de maneira imutável de acordo com as linhas sexuais.

Os pressupostos presentes nesse teste do *Jornal das Moças* poderiam estar presentes nos conselhos de uma mãe à sua filha, nos sermões de um padre, nos romances para moças. O fato é que esse conjunto de valores, crenças, saberes, atitudes e conceitos são transmitidos de geração a geração e, conforme Chaui (1996/1997), quando isto acontece sem questionamento se transforma no que chamamos “senso comum”. Não havendo questionamento, julgamos este conjunto como natural porque ele nos diz “como são e como valem as coisas e os seres humanos, como devemos avaliá-los e julgá-los. O senso comum é a realidade como transparência: nele tudo está explicado e em seu devido lugar”. Um pouco mais adiante, a autora finaliza: “Quando o senso comum se cristaliza como modo de pensar e de sentir de uma sociedade, forma o sistema de preconceitos” (117). Esse sistema, quando repassado para as novas gerações e reproduzido como algo imutável, considerado próprio da natureza, estabelece não só diferenças, mas também hierarquias. E a posição socialmente inferior ocupada pela mulher é um exemplo disso.

Baseada e mantida pelo preconceito de gênero, a inferioridade social de um gênero diante do outro é, não diferente dos outros preconceitos, mantida e reproduzida de diferentes formas no processo de educação. Sendo assim, a mulher também é responsável por essa manutenção e reprodução de preconceitos de gênero, visto que também os aceita como verdades inquestionáveis. Alguns tipos de preconceito são tão rigidamente criados e difundidos nas sociedades de massa, que estes começam a fazer parte da cultura de um povo, através de estereótipos. Crenças do tipo: “toda mulher sonha em se casar”, “ela nasceu pra ser mãe”, “lugar de mulher é na cozinha”, “vida de mulher é assim mesmo”, “toda loira é burra”, “mulher é o sexo frágil”, são alguns exemplos disseminados em nossa cultura, e estão tão incorporados em nós enraizados no nosso imaginário que passam muitas vezes despercebidos.

Esses estereótipos aparecem nas formas mais sutis de nosso discurso, de forma velada ou explícita. Como nos explica Wilshire (1997), as imagens negativas e positivas que acompanham nosso discurso e conceitos de feminino e masculino são fortes e acumularam milênios de uso.

São parte integrante das histórias sagradas que aprendemos na infância, das histórias profanas, das fábulas; são parte e grande parcela de brincadeiras comuns [...] (p.104).

Não por acaso, na escola, nas aulas de Educação Física e nos exercícios de uma forma geral, são esperados desempenho, habilidades motoras e capacidades físicas diferentes para meninos e meninas. Silva e Daolio (2007), ao pesquisarem as relações sociais de gênero em brincadeiras realizadas por crianças concluíram que, as diferentes brincadeiras e atividades praticadas por essas crianças como “casinha”, futebol – entre outras – solicitavam atitudes e comportamentos esperados que caracterizariam os diferentes grupos analisados. Dentro deste contexto, existem aquelas determinadas atividades físicas e modalidades esportivas que são ditas masculinas ou femininas. Em uma pesquisa com crianças de 7 até 14 anos, Ribeiro (2006) afirma:

“Uma leitura antropológica dos jogos de meninos e meninas identifica, portanto, símbolos de feminilidade e masculinidade no processo que marca o tornar-se homem e mulher nos ciclos infanto-juvenis até a maturidade” (p.163).

Esse processo pode ser entendido, segundo Louro (2003), como um disciplinamento que ocorre de forma “muitas vezes sutil, discreta, contínua, mas quase sempre, eficiente e duradoura” (p.17), uma verdadeira “escolarização dos corpos”.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Para utilizar a história oral como metodologia é preciso estar ciente o quanto inferimos sobre subjetividade e construção social nas análises e interpretações das narrativas dos sujeitos. Analisar a entrevista de história de vida não é simplesmente recortar os discursos, mas deixar claro que isso só de dá por conta do nosso olhar sobre esse material e da implicação do pesquisador nesse fazer. E por isso o trabalho na primeira pessoa e as justificativas pessoais.

Apoio-me na idéia de Goellner (2003) quando diz que este tipo de análise possibilita ao pesquisador exercitar sua individualidade e, assim, conferir sentido ao que está sendo narrado. “Um sentido que é meu, individual e também social, porque molhado pelo tempo onde vivo e escrevo” (p.22).

Para respeitar a identidade das entrevistadas, mantive seus nomes em sigilo e lhes atribuí nomes fantasia: Eliane, Raquel e Carolina. Para melhor entender como se deu a entrevista e a história de vida de cada uma delas, destaco aqui alguns dados de identificação:

Eliane – tem 52 anos e é freqüentadora de uma academia exclusiva para o público feminino (*Curves*). Nasceu na cidade de Santo André no ano de 1957, e mora na Granja Viana (bairro da cidade de Cotia na grande São Paulo) há 24 anos. Possui ensino superior incompleto, está no segundo casamento e tem uma filha de 28 anos. A entrevista de Eliane aconteceu na própria academia e teve duração de aproximadamente 45 minutos sem nenhuma interrupção.

Raquel - Tem 53 anos e é freqüentadora de uma grande rede de academias (*Runner*). Nasceu no dia 2 de fevereiro de 1957 em São Paulo, cidade onde reside até hoje. É graduada em letras, língua e literatura inglesa, é divorciada e tem duas filhas. A entrevista de Raquel aconteceu no seu local de trabalho e teve duração de aproximadamente 40 minutos sem nenhuma interrupção.

Carolina – Tem 55 anos e pratica atividade física com o auxílio de um *personal trainer*. Nasceu no Cairo, Egito, mas veio para o Brasil com dois anos de idade. É graduada em psicologia e filosofia, é divorciada e tem dois filhos, um menino e uma

menina. A entrevista de Carolina aconteceu na sua própria residência e teve duração de aproximadamente 1 hora e 20 minutos sem nenhuma interrupção.

4.1. Questões Emergentes da Narrativa

Quando comecei minha primeira entrevista com Eliane e pedi que me contasse sua história de vida, ela se ateve, durante boa parte, as questões acontecidas já na vida adulta, citando o passado apenas para ilustrar e me situar na narrativa:

Sou Eliane, tenho 52 anos. Nasci em Santo André, São Paulo, e sou moradora aqui da granja faz 24 anos. Eu nasci em 57. 4 de julho de 57. Eu sou casada, tenho uma filha de 28 anos e sou profissional liberal. Tenho uma empresa de designer gráfico e eu cuido da parte administrativa dessa empresa.

O primeiro fato que chama a atenção é que, desde o início, até o final da entrevista, Eliane destaca o trabalho como fator marcante em sua vida. E este trabalho parece significar uma libertação das tarefas domésticas, ou seja, trabalhar fora e ser dona de casa é encarado como pólos antagônicos. Nas palavras dela:

é... eu nunca fui uma pessoa sedentária, porque sempre trabalhei. Antes de ter essa empresa, eu trabalhava em propaganda e publicidade, e, então sempre tive atividade, nunca fui dona de casa, vamos dizer assim.

De acordo com autoras como Céli Regina Pinto (2003), Mirian Goldenberg (2000), Maria Amélia Teles (1993), Margareth Rago (1996), o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil foi uma das transformações sociais mais notáveis acontecidas no país desde a década de 1970, ocorrida, entre outros fatores, em decorrência da expansão da escolaridade das mulheres e pelos movimentos feministas da época. Em o *segundo sexo*, escrito por Simone de Beauvoir (1949), o trabalho era considerado como o único fator capaz de assegurar à mulher a liberdade concreta, além de ser o principal fator de diminuição

da distância que separava homens e mulheres (GOLDENBERG, 2000). No entanto, apesar da proporção de mulheres economicamente ativas crescer substancialmente no país a cada ano, estas ainda enfrentam desigualdades no que diz respeito a salário, reconhecimento e jornada de trabalho. Eliane se enquadra nesse contexto, e, apesar de ter dito que nunca foi dona de casa, aparece em sua narrativa falas que contradizem esta afirmação:

...mas também não tenho empregada, eu que faço todo serviço de casa, então eu já sou ligada no 220, eu já acordo de manhã e não paro até a noite.

...até porque como eu trabalho em casa, não só como dona de casa, mas também com a empresa...

Nesses dois momentos a entrevistada cita os serviços domésticos. Podemos perceber que, ao mesmo tempo em que ela é a pessoa que realiza este serviço, não se auto-intitula “dona de casa”. O que é então ser dona de casa? Para Eliane fica claro que ser dona de casa é não trabalhar fora. Apesar de ela exercer sua profissão dentro casa, pois sua empresa é lá situada, seus serviços profissionais não estão relacionados aos domésticos. Bourdieu (1995) já dizia que os trabalhos domésticos e privados sempre foram atribuídos às mulheres, ao passo que a ocupação do espaço público, atos perigosos e espetaculares eram considerados como marcadores de ruptura do curso comum da vida dos homens..

Recorrendo a história dos movimentos feministas no Brasil, observamos que, até a década de 70 a mulher só era considerada chefe de família se fosse viúva, desquitada ou sem um pai ou sem marido em casa (GOLDENBERG, 2000). Segundo Rago (1996), a esposa perfeita deveria anular-se radicalmente em presença do marido. A ela cabia zelar pelo lar e pelos filhos, e a ele, a dominação da esfera pública, política e econômica. Para Eliane, o fato de sempre ter ser mantido ativa no mercado de trabalho é algo que claramente lhe traz orgulho e satisfação, é uma conquista. A entonação de sua voz ao ressaltar tal experiência é marcante. Essas

duas passagens da entrevista atestam isso. Os grifos representam o momento em que a entonação da voz modifica-se, tornando-se mais forte, enfática, firme:

É... estudei lá, fiz faculdade de comércio exterior, e **trabalhava sempre** né, pra pagar a faculdade, e... nunca tive mordomias, sou de uma família simples, tenho 4 irmãos.

Aí fiquei em agência de propaganda 10 anos, aí fui passando de secretária, assistente, aí entrei pra área de atendimento, atendendo clientes né, de agência. Aí com 24 anos a minha filha nasceu, **mas sempre trabalhando, né, nunca, nunca parei.**

Raquel e Carolina também falam do trabalho como importante marcador em suas vidas. No entanto, diferentemente de Eliane, não citam a questão dos afazeres domésticos. O emprego surge como uma maneira de ajuda na família e auto-sustento:

Eu estudei na PUC, eu fiz letras, língua e literatura inglesas, me formei em... 79?! Acho que 79... 78, me formei em 78. Depois comecei já como professora que era minha formação. E aí no meio do caminho eu fiz alguns cursos assim, de especialização... relacionado a escola, a pedagogia. Trabalho em escola há 22 anos, sempre me sustentei trabalhando. Mesmo porque me separei muito cedo... Enfim... (Raquel).

Quando eu me formei, eu saí matando cachorro a grito. Tipo, eu vou pegar qualquer coisa que aparecer. Eu queria ganhar dinheiro para cobrir os meus gastos e não dar despesa pro meu pai (Carolina).

Raquel é mais sucinta na descrição profissional, diferente de Carolina, que segue por um longo tempo descrevendo com detalhes todas as suas experiências profissionais desde sua formação até hoje. Formada em psicologia a contragosto, passou a exercer a profissão, e como ela diz, a “clinar”, somente depois de 20 anos

de formada. Isso porque seu desejo de menina era fazer História, mas foi impedida pelos seus pais que eram contra e diziam que História não dava futuro. Quando Carolina disse a seus pais que a Psicologia então era sua segunda opção, obteve total apoio:

Eles disseram: “ahh, psicologia sim!” “Psicologia é quase medicina”. Até parece, né. “Depois você vai ter seu consultório, você vai ser uma doutora, seja psicóloga!” E eu não consegui me contrapor a eles.

De acordo com Bassanezi (2000), as moças consideradas de família eram aquelas que se portavam corretamente, tinham gestos contidos, respeitavam os pais e preparavam-se adequadamente para o casamento.

Apesar de tudo isso, hoje sua profissão é motivo de orgulho para Carolina:

Então foi um processo de 15 anos, fazendo formações, começando a atender, tendo supervisão. Então eu deslanchei profissionalmente bem, bem. Daí eu comecei a dar aula... E eu fui pra clínica! Hoje eu posso dizer que sou reconhecida pelo meu trabalho e sou feliz com o meu trabalho!

Com essas transformações do papel da mulher no mundo público, todos os seus papéis sociais foram afetados. Eliane associa o fato de sempre ter trabalhado com a manutenção de uma vida ativa, longe do sedentarismo. É a partir dessa relação que ela começa a narrar sua história na atividade física. Diz que nunca foi sedentária porque sempre trabalhou. Inicia essa narrativa ao contar de sua mudança de Santo André para São Paulo, ocorrida logo após o seu primeiro casamento. Parece que foi a partir dessa mudança que começou sua relação com a prática de exercícios físicos na vida adulta:

E em São Paulo, logo depois que minha filha nasceu, eu entrei pra uma academia, dessas tradicionais, que era “ginástica e seita”, muito famosa na época, e... porque eu estava acima do peso e estava com vários problemas de... alergias, “tarará” e resolvi entrar na academia.

Nota-se que fatores relacionados à saúde determinaram a entrada de Eliane na academia. Rago (2008) nos conta que, a partir da década de 30, diante das inovações tecnológicas e das mudanças acarretadas pela inserção das mulheres no mercado de trabalho, as elites governantes passaram a defender o revigoreamento físico dos futuros cidadãos da pátria. Nesse sentido, aos homens era favorável a introdução dos esportes militarizantes e ao enrijecimento disciplinar na educação física e moral, pra que fossem formados, dessa forma, jovens fortes, sadios corajosos e produtivos. No caso das mulheres, ainda no século XIX, as práticas esportivas e físicas eram vistas como imoral, já que tudo que pudesse desviar o sexo feminino do papel de mãe dedicada exclusivamente ao lar era fortemente contestado. Portanto, os exercícios físicos para as mulheres eram prescritos pelos médicos com o objetivo de prevenir doenças e manter a saúde (RAGO, 2008).

Carolina teve sua inserção na prática de atividade física somente agora com 55 anos, e seus motivos não são diferentes de Eliane:

Eu nunca fiz nada. Sempre adorei ser sedentária, ficar no sofá... Eu ADOROVA o meu estado sedentário. Mas enfim, comecei uma dorzinha nas costas, que depois foi aumentando... Meu colesterol também não estava muito bom, e eu também já estava com sobrepeso. Enfim, eu sabia que precisa fazer algum tipo de atividade física senão ia piorar. Eu não conseguia mais andar sem dor nas costas...

O embelezamento e o cuidado com a saúde, ditados por médicos e higienistas, sempre foram os principais motivos, pelo qual as mulheres deveriam se exercitar. A academia de ginástica e o personal trainer, numa sociedade capitalista como a nossa, aparecem como bens de consumo para se obter aquilo que já é aceito de maneira geral na sociedade e reconhecido pelas pesquisas científicas: o exercício físico como causador de efeitos positivos sobre a capacidade funcional, aptidão muscular, sistema cardiovascular, prevenção e tratamento de doenças crônicas, hipertensão, osteoporose, controle do peso corporal, além de estar positivamente associada ao bem-estar emocional e à saúde psicológica. E, no processo de

envelhecimento, a atividade física regular e a adoção de um estilo de vida ativo na promoção da saúde e qualidade de vida, ganha ainda mais força.

Nota-se que o peso corporal para Eliane e Carolina é um fator influenciador na sua decisão em se exercitar. Este tipo de preocupação, como nos ensina Damico (2007), apóia-se nos discursos científicos biomédicos e na padronização de comportamento exigida pelo mercado. O autor exemplifica essa posição lembrando que,

[...] muitas mulheres jovens se culpam pelo apetite, que funciona como um marcador social potente na medida em que pesa sobre a mulher gorda a ameaça de ela estar fora dos padrões da sociedade de consumo e o constrangimento sexual por estar fora do espectro do olhar social (pág.114 e 115).

A gordura leva a uma exclusão socialmente validada, fazendo com que aqueles que a experienciam recorram a diversas práticas, saudáveis ou não, para fugir do preconceito, da intolerância e em última análise da invisibilidade social (NOVAES, 2006). Neste sentido, a gordura é tomada como o paradigma da feiúra. De acordo com Goellner (2003), o desejo de modelar a própria exterioridade compõe um conjunto de necessidades e reivindicações que movimenta a vaidade, a fantasia e o prazer das próprias mulheres. Tornar-se atraente ao olhar do outro é uma condição e um anseio que está impresso nos detalhes do seu corpo. O controle exercido através da fiscalização de um olhar minucioso sobre a aparência e com o aval da ciência contribui para regulamentar diferenças e determinar padrões estéticos em termos daquilo que é normal ou anormal, próprio e impróprio, adequado ou inadequado.

O padrão corporal, ditado pelos meios de comunicação nos dias atuais, está cada vez mais exigente em relação aos corpos femininos. Estes precisam apresentar-se jovens, belos e sedutores. Essa busca pela magreza e por um corpo saudável representa uma forma de desejo de domínio sobre o próprio corpo, com controle e disciplina. Segundo Adelman (2003) o ideal de corpo feminino passou a ser o de “mulher ativa”, que, apesar de não ter um corpo muito musculoso, apresenta-se magra e firme.

De acordo com Rago (1996), a acentuada preocupação com o corpo teve início a partir do crescimento urbano-industrial e da modernização das cidades. Os ideais democráticos de constituição do indivíduo e a preocupação de sua identificação, tornaram o corpo, a aparência e a linguagem corporal alvos privilegiados de atenção. Com as possibilidades tecnológicas surgem os moderadores de apetite, os produtos dietéticos, as cirurgias e os exercícios físicos com fins estéticos, articulados a proliferação do discurso da preocupação com a saúde associada ao bem-estar corporal. No entanto, como nos lembra Junior, Scagliusi e Simões (2004), os padrões estéticos são ditados por valores socioculturais, haja visto que no período da Renascença as mulheres belas eram aquelas de “corpos roliços” e de quadris largos. O culto à magreza teve início na virada do século XIX para o XX, sendo que, a partir dos anos 1960, os corpos magros e atléticos passam a ser delineados como padrão ideal, principalmente como consequência da proliferação de estudos que associavam o excesso de peso a problemas de saúde e a doenças cardiovasculares. E foi exatamente por causa de uma doença, a hipertensão, que Eliane, ao mudar-se para a região da Granja Viana, procurou uma academia, depois de quase um ano sem se exercitar:

E aí o que aconteceu: eu... me peguei uma época, descobri que eu tinha hipertensão. Porque eu fiquei uma parte da minha vida com problemas financeiros graves, e aí a seqüela foi hipertensão. Aí eu comecei a medicar, comecei a tomar remédio, mas eu falei: *putz*, tem que ter alguma outra coisa que eu possa fazer paralelo pra tentar minimizar essa coisa da pressão arterial. Porque eu sempre fui, assim, muito curiosa. Eu sempre fui na internet, pesquisar... E sempre quis uma coisa de saúde, né. Aí eu falei, bom, vou procurar uma academia aqui na granja.

No entanto, apesar de Eliane ter o discurso da saúde como fator principal de sua prática, a preocupação com a beleza e a estética corporal aparecem em sua narrativa de forma contraditória. Ela parece utilizar o discurso de seu objetivo, que é

ganhar saúde e qualidade de vida, para justificar aspectos não conquistados com a prática de atividade física:

É... o objetivo meu, que era de diminuir a pressão arterial não adiantou, porque eu continuo sendo hipertensa. E o objetivo meu não era perder peso, né. Era mesmo qualidade de vida e saúde. Porque também se fosse pra perder peso não ia adiantar porque não perdi peso nenhum. E aí entrei na menopausa nesse meio tempo e foi um show de horror. Mas como meu objetivo principal não era esse, eu nem fiquei tão deprimida porque não perdi peso.

É interessante notar quando ela diz “*eu nem fiquei tão deprimida assim*”. Sinal de que existe um desapontamento, mas ele é mascarado pelo discurso da obtenção de saúde e qualidade de vida. De acordo com Sant’Anna (2001), este desapontamento e sofrimento se dão na medida em que existe uma distância entre o que se quer do corpo e o que ele é. Numa cultura em que as pessoas são reconhecidas a partir daquilo que elas possuem e daquilo que elas conseguem acessar, “ter um corpo e suas senhas de acesso representa uma riqueza invejável” (p.19).

Segundo Castro (1998), nos anos cinquenta o estudo do corpo ocorreu devido à expansão do tempo livre (férias) e à explosão publicitária no período pós-guerra, que foi a grande responsável pela difusão de hábitos relativos aos cuidados do corpo e às práticas esportivas, de higiene e beleza. O autor ainda afirma que, nos anos 60 aconteceu a difusão da pílula anticoncepcional, que impulsionou a “revolução sexual”. Neste período houve também o crescimento do movimento feminista. O corpo passa a ser usado como *locus* de transgressão e delírio, através de experiências com sexo e drogas. Para ele, a partir da década de 80, as práticas físicas passam a ser mais regulares e rotineiras. Também vemos nascer a chamada “geração saúde”, jovens que levantam a bandeira anti-drogas, junto com a defesa do meio ambiente, da alimentação saudável e do “sexo seguro”. No final do século XX, a “avaliação social” das pessoas passa a depender cada vez mais do corpo e cuidar

dele se torna uma necessidade, pois cuidar do corpo é prepará-lo para ser mostrado (CASTRO, 1998).

Neste sentido, um dos fatores que influenciaram Eliane a optar por uma academia exclusiva para mulheres foi a possibilidade de se exercitar em um ambiente onde esses códigos corporais não representassem disputas entre aquelas que conseguem acessá-los e aquelas que não conseguem:

Aí tinha aquela coisa da academia de... uma competição por quem estava mais bonita, quem estava mais magra, quem estava com a roupa mais legal, eu falei: putz, não é minha praia, não quero isso. E aí eu fui dando uma olhada nas academias aqui da granja, e todas eram nessa mesma direção, né. Aí, eu moro ali na fazendinha, e aí um dia eu passei e vi uma placa da Curves. Falei, putz, que será que é isso né? Nunca tinha ouvido falar. Aí fui na internet e pesquisei o que era, qual era a proposta.

Santo (2008) investigou na sua dissertação de mestrado as mulheres freqüentadoras dessa mesma academia no Rio de Janeiro e os motivos que as levam a escolher tal espaço. Uma de suas entrevistadas explica de forma bastante biológica a questão dos “jogos sexuais”, onde as fêmeas competiriam pela atenção do macho nas academias mistas. Sendo assim, a ausência destes na Academia seria um agente amenizador desta competição, por falta do “prêmio”. Segundo a autora, esse modelo falocêntrico e heterossexual considera a mulher (tanto quanto o homem) uma categoria universal e homogenia, criando assim a demanda por uma academia exclusiva.

Se acessarmos o *site* desta academia, o que veremos logo no início e com destaque é a frase: academia para mulheres. Na página principal, é possível constatar alguns aspectos interessantes, como por exemplo, o *layout*: composto por cores suaves, com enorme predominância de tons rosas e lilás, além de flores no alto da página. Bom, se a academia é para mulheres, o *site* acompanha a mesma proposta. A cor rosa aparece como classificação de gênero desde os primeiros meses de vida de uma menina, representa construção da identidade feminina, que se

diferencia da masculina em diversos aspectos, desde a decoração de um quarto, até os vestuários e acessórios. As flores, símbolos típicos de feminilidade, são mais uma das características que afirmam que esse ambiente o qual se está “navegando” é exclusivo, inspirado e confeccionado para as mulheres. Dessa forma, não é estranho notar a satisfação e o sentimento de identificação com aquele ambiente na fala de Eliane. Outros dois fatores aparecem como determinantes nessa escolha: o tempo e o fato de não ter homens:

Eu falei, putz, deve ser legal porque é 30 minutos, academia pra mulher... Eu também já tava naquela idade que não queria ficar perto de homem, a gente fica um pouco tolhida...

O proprietário de uma unidade da *Curves*, entrevistado por Santo (2008), possui agregado no seu discurso um grande valor mercadológico para a Academia, focalizado na padronização e na rapidez. Esta estratégia da academia em vender um programa possível de ser realizado em apenas 30 minutos parece atingir a “mulher moderna”, que teve seus papéis transformados a partir das conquistas feministas, pois agora ela trabalha, cuida dos filhos, administra a casa e ainda tem que ter tempo para cuidar da saúde e do corpo através dos exercícios físicos. Porém, não são exercícios quaisquer. São exercícios exclusivos para seus corpos. No *site* da academia aparece uma frase que exemplifica essa afirmação: “*A Curves oferece um treinamento de força muscular que as mulheres podem fazer*”. A idéia de força pertence ao domínio do corpo masculino, e quando é dito que as mulheres podem fazer esse tipo de treinamento entende-se que elas estão liberadas para tal, porém, com exercícios específicos para seus corpos. Aparece aí a antiga idéia de naturalização dos corpos, onde o corpo da mulher e do homem parece constituir uma unidade singular a partir da diferenciação entre eles. Nesse sentido, existem exercícios específicos para os corpos femininos e masculinos.

Santo (2008) constatou que, de uma maneira geral, as entrevistadas de sua pesquisa, freqüentadoras desta Academia, tecem uma imagem de mulher associada a uma extrema vaidade, limpeza e higiene, enquanto que, para elas, o homem seria

mais negligente com relação a estes aspectos e menos exigente com os detalhes. Elas possuem um discurso que privilegia a privacidade e a necessidade de um espaço feminino. Semelhante a fala de Eliane, Santo percebeu que nesta Academia existe uma presença marcante da comparação com os homens e, o espaço “não-misto”, como é o caso da *Curves*, aparece ainda em função de sua presença incômoda. A mulher é quase sempre colocada em comparação ao homem, o que condiz com uma estrutura binária apontada por diversos autores como norteadora do pensamento de nossa sociedade.

Logo após Eliane dizer que já não está mais na idade de querer ficar perto de homem porque se sente tolhida, fez uma pausa, e continuou a narrativa dentro de outro tema completamente diferente, não dando seqüência ao raciocínio. Percebi que não era seu desejo continuar naquele tema, que, mesmo aparecendo de forma breve, ganhou destaque dentro da narrativa exatamente por essa pausa. O fato dela se sentir coibida na presença de homens denota uma preocupação com a liberdade de realizar certos movimentos ou exercícios na presença deles. Talvez isso tenha influência com o tipo de educação que recebeu, onde a relação e interação das mulheres com os homens eram restritas à esfera doméstica, ou em qualquer outro ambiente desde que acompanhada do marido:

Eu fui aquela assim: ai, eu sou filha de Maria, sabe?! Aquela bem quietinha, pessoa mais... Já nasci pra ser mãe, dona de casa (pausa). Me via sempre fazendo isso, fazendo comida - adoro cozinhar... mexo muito com cozinha... Então eu sempre fui a pessoa certa pra esse tipo de coisa.

É interessante notar como a identidade de Eliane foi construída a partir do papel de esposa e mãe. Ao dizer que nasceu para ser mãe e dona de casa, reproduz um discurso biológico que considera papéis socialmente construídos como inerentes à condição de ser mulher. Segundo Gonçalves (1998), o papel sexual do homem é de fecundante, e o da mulher é de gestar, parir e amamentar. Qualquer outra característica é construída culturalmente, conseqüentemente, devem ser referidas

como papéis sociais ou de gênero. Então, se Eliane diz que sempre foi a pessoa certa para esse tipo de coisa, outras não se encaixavam nesse contexto no qual cresceu. O esporte e a educação física, por exemplo. Suas experiências ao longo da vida nessas atividades foram traumáticas e desastrosas:

quando eu tava na escola, eu não, não gostava muito de atividade física. Eu não era boa em esportes, eu... não sou uma pessoa sinestésica, eu gosto mais, uma coisa introspectiva. Não nasci pra isso. Então, nunca foi boa de vôlei, nunca fui boa de basquete, não gostava de negócio de bola... Ginástica até que era uma coisa legal, assim, mas não era meu forte, nunca foi.

Ora, se ela nasceu pra ser mãe, então não nasceu pra praticar esportes. Segundo Betti (1991), o foco das ações governamentais nos anos 70 era, através de um sistema piramidal, incentivar o esporte de alto rendimento. No entanto, apesar da grande inserção das mulheres no campo do esporte nesta época, é a ginástica na escola que adquire importância como forma de educação do corpo feminino, uma vez que este é considerado de natureza frágil. Portanto, as atividades físicas recomendadas eram aquelas capazes de fortalecer seu organismo, de forma que elas pudessem enfrentar de forma sadia aquela que era considerada a função primeira de toda a mulher: a maternidade (GOELLNER, 2004). Eliane complementa, ao dizer que nunca praticou nenhuma atividade física fora do contexto escolar, que até hoje detesta esporte. E ela foi enfática ao dizer esta palavra:

Então... esporte pra mim nunca foi a minha praia. Hum, hoje mesmo aqui, as meninas falam, ai, tem que jogar bola, eu falo: tô fora, eu **detesto... detesto**. Não tenho aquela coisa de competição, eu não sou uma pessoa competitiva, né. A minha relação com as pessoas é mais de cooperação, não de competição. Então, é aquela coisa, ah é quero ganhar, eu quero ser... a mais legal no esporte, a melhor jogadora.

As experiências negativas que Eliane teve na educação física escolar refletem em sua vida até hoje. Daolio (2003) afirma que são os hábitos culturais femininos e masculinos que tornam um sexo mais hábil que o outro para certas tarefas. Esta dinâmica pode produzir um sentimento de inferioridade das meninas em relação aos meninos frente a uma prática valorizada como o esporte. Ainda segundo este autor, além das questões de gênero, o que pode favorecer este sentimento são gradações dos níveis de habilidades existentes entre pessoas do mesmo sexo. Talvez por isso Eliane, mesmo dentro de um ambiente onde ela se diz confortável e acolhida para realizar atividade física, quando esta foge do contexto conhecido, rotineiro da academia e ganha ares esportivos, mesmo que em um tom descontraído, a atividade já é completamente descartada, sem nem mesmo esboçar uma tentativa ou possibilidade de realização. Quando perguntei a Eliane sobre suas memórias na prática de atividades físicas na infância, ela respondeu enfaticamente, demonstrando certeza e firmeza na sua fala:

tenho memória assim, jogando vôlei, a bola nunca vem na minha mão, nunca acerto. O basquete, por exemplo, não conseguia acertar a cesta... Bola muito pesada não consigo nem segurar e fico puta da vida. Eu falava: professor, não me chama mais...

Quando Eliane narrava essas passagens de sua história, o fazia de maneira rápida, ríspida. Não demonstrava satisfação ao trazer para a entrevista tais experiências que foram tão negativas. Em nenhum momento da narrativa, tanto das experiências passadas, como das experiências recentes na academia exclusiva para mulheres, surgiu o se exercitar pelo puro prazer em se exercitar. Ele sempre esteve vinculado a um propósito, ou a uma exigência escolar. O contexto dessas vivências é carregado de idéias naturalistas que influenciam concepções de determinam estereótipos generificados.

Já as experiências de Raquel, hoje freqüentadora de uma grande rede de academias, não seguiram a mesma linha:

De adolescente eu comecei a freqüentar o clube, o clube pinheiros. Entrei... gostava muito de jogar vôlei. Tinha amigas na rua, que eu morava numa rua tranqüila aqui no jardim paulistano e jogávamos na rua... Podíamos naquela época jogar bola na rua e... Então eu tinha uma amiga e nós jogávamos na... Batia bola, vôlei na, na rua mesmo.

Raquel traz à narrativa experiências muito positivas da época em que jogava vôlei no clube e na escola. O praticar se mescla com um sentimento de pertencimento e identificação com grupo:

Eu também jogava na escola... Tinha aquela coisa assim, de ser popular, sabe (risos)? Quem jogava no time da escola conhecia todo mundo, ganhava uma certa popularidade e tal... E minha amiga também era sócia do Pinheiros, fomos jogar no Pinheiros, e aí treinei por um bom tempo... Mas bem assim, tinha uns 12, 13 anos. Jogávamos, competíamos com outros clubes, gostava muito.

Segundo Hall (1998), a identidade pode garantir ao indivíduo que ele possua características que o diferencie dos outros, assim como significa também, devido a uma série de características comuns a todos os seus componentes, a possibilidade de ser reconhecido como membro de uma comunidade. Isso lhe permite ser integrante reconhecido, de alguma maneira, de um determinado grupo social. Ainda segundo o autor, a experiência que as pessoas têm da identidade produz um contínuo processo de identificação no qual procuram elaborar formas de compreensão sobre elas mesmas mediante os sistemas simbólicos e se identificar com a maneira pela qual são vistas por outros sujeitos.

Apesar de Raquel ter tido uma participação ativa na Educação Física escolar, ela relata um certo incômodo com a presença masculina nas aulas:

Ah, mas eu me lembro que as vezes eu odiava, achava chatíssimo. Eram as meninas... Me lembro assim, também aquela fase de adolescência, que você se acha horrível, e peluda, não sei o que... E aí

eu tinha que por shortinho mas os meninos iam ver, e aquele constrangimento... (risos). Eu lembro dessas cenas assim.

Nos anos 50 e 60 ficava mal à reputação de uma jovem usar roupas muito ousadas, sensuais, sair com muitos rapazes. Aparecer ou ser reconhecida nessas situações eram motivos de constrangimento por parte das meninas e de suas famílias (BASSANEZI, 2000). A preocupação com a aparência física e o julgamento que os meninos possam fazer dela também aparecem como aspectos desconfortantes. É possível perceber a importância atribuída por Raquel ao olhar masculino sobre o seu corpo. Sobre a validação que esse olhar conferiria a seu corpo ao caracterizá-lo como “horrrível” ou não.

Se no início da adolescência a vida esportiva de Raquel teve esse caráter social, na fase adulta não foi diferente. Ela conta que sua vida esportiva acabou quando teve que se mudar para um apartamento, e só voltou a se exercitar quando tinha 35 anos. Suas experiências positivas em relação à atividade física contribuíram para essa retomada de maneira natural:

Só fui retomar, ãhh... acho que aí eu já tinha uns 35 anos... Mas assim, com caminhada, indo caminhar... Eu moro perto do Ibirapuera , então é, assim... Passou, inicialmente começou como uma atividade mais social do que esportiva. Porque eu tinha um grupo de amigas que andavam, amigos, então assim, essa caminhada no parque começou em um fim de semana, ahh... andar e conversar... aí quando... foi aumentando a frequência, comecei ir durante a semana, sozinha. E aí, comecei eu própria buscar esse tipo de atividade que era pra mim, era prazerosa.

Sobressai dessa narrativa a função social do exercício. Independente se na academia, no parque ou na rua. Mais do que o efeito físico, Raquel valoriza o ambiente, a socialização e/ou o momento de lazer e de encontro que o exercício pode proporcionar.

A sua inserção na grande rede de academias se deu por acaso. Raquel conta que havia uma unidade da *Runner* próxima à sua casa e se matriculou para fazer ginástica. Ela então manifesta suas preferências dentro deste ambiente:

Faço, gosto de coisas aeróbicas. ODEIO musculação (risos), odeio, acho que fiz uma aula, odiei, nunca mais voltei. Ah, eu adoro aula de step. Adoro. Já tava no adiantado. E... faço aula de... Também são fases, né. Step foi a única que eu nunca enjoei, nunca enjoei. Adoro aula de step até hoje. Aquelas que você acorda de manhã e fala: oba, hoje tem step, sabe?! Mas eu já fiz, ahh, aquele "jump", né, que é aquele... Teve época que eu fiz, eu fazia "Power"... "Quick"... "Quick"... Como chamava? "Power Kick", "Kick Power", sei lá, era tipo artes marciais sem contato. Tá, bem aeróbico. Aí na Runner eu faço já há um bom tempo também que eu adoro, adoro de paixão é dança de rua. Gosto muito mesmo. E aí faço circuito... faço um pouco de local, mas assim, xingando. Aula de local, também faço, faço por... **obrigação**.

É engraçado notar na narrativa de Raquel sentimentos antagônicos em relação a determinadas atividades. Algumas ela ADORA e outras ela ODEIA. Mas mesmo as que odeia, ela faz. Como ela mesma diz, "por obrigação". A aula de ginástica localizada é um momento de sacrifício para ela. A de musculação também será quando ela tiver que fazê-la:

A musculação, acho que um dia eu vou **ter que** fazer. O dia que tiver que fazer eu vou fazer...

Nota-se um desapontamento na fala de Raquel com essa obrigação que ela se impôs de fazer algo que não gosta. Apesar de Raquel não externar no discurso a preocupação com a saúde e a aparência, é possível inferi-lo a partir dessa obrigação. Uma pessoa que faz atividade física por puro e simples prazer e para se reunir com outras pessoas, independente de qual seja a atividade, não faz por que "tem que fazer". Na nossa sociedade de hoje, como comenta Novaes (2001) O prazer é,

irreversivelmente, associado ao esforço, o sucesso à determinação. E a intensidade do esforço é claramente proporcional à angústia provocada pelo olhar do outro. A anatomia feminina, sem caráter, sem força de vontade e vistas como desleixadas, deixou de ser um destino para ser uma questão de disciplina. Ainda segundo a autora A medicina moderna, espelhando o imaginário social individualista, culpabiliza o doente pela grande maioria de suas doenças: se seu colesterol é alto, quem manda comer gorduras? Se você é diabético, a culpa é sua por não largar os doces. Está com hipertensão? Ora, mude seu ritmo de vida e leve uma vida menos estressante. Assim como faz com os padrões de beleza: Se você é obesa, quem manda não fazer exercícios. Se tem gordura localizada: quem manda não exercitar os diferentes grupos musculares. E por aí vai.

De acordo com Malysse⁶ (1997), nos esforçamos o ano todo com exercícios massacrantes para que quando chegue o verão tenhamos a recompensa de poder ir à praia expor nosso corpo sem vergonha. Disciplinamos o corpo a freqüentar uma academia de ginástica a fim de que, às custas de muito suor e calorias perdidas, consigamos reconhecimento social e aprovação. Sendo assim, não é estranho o sentimento de culpa que Raquel afirma sentir quando não consegue ir à academia:

Mas me sinto mal de não fazer, me sinto culpada, me sinto... E muitas vezes eu... quando eu fico com preguiça de ir, eu falo: eu vou, eu vou, e quando chego na aula, eu falo: ah olha aqui, ainda bem que eu vim, ainda bem que eu to aqui. Exige assim, uma força de vontade.

Como vimos, cada vez mais somos responsabilizados por nosso corpo, pela nossa aparência. Raquel utiliza a academia como meio de usufruir de momentos agradáveis através do exercício e também como forma de se responsabilizar por essa aparência através das atividades que não gosta. No entanto, apesar dessa contradição, Raquel finaliza dizendo:

⁶ Apud NOVAES, J. V. *O dever moral de ser bela: Feiúra e exclusão social*, ABIHPEC, 2005. Disponível em: < http://www.abihpec.org.br/noticias_texto.php?id=830>. Acessado em 17 de outubro de 2010.

Eu gosto de fazer exercício, faço com prazer, gosto. E... e me sinto realmente muito bem.

A história de vida de Raquel em nada se assemelha à de Carolina. Nascida no Egito, veio para o Brasil com 2 anos de idade com toda a família, filha de uma mãe super exigente e um pai muitas vezes ausente por conta do trabalho, Carolina teve uma infância solitária. Por diversas vezes ela fala sobre isso durante toda a entrevista:

Acho que eu tive uma infância solitária. Eu morava numa casa que tinha um quintal com um limoeiro. Tinha um limoeiro, e um formigueiro, e uma goiabeira (risos). E... enfim, eu era uma criança solitária, minha mãe não me deixava muito brincar lá fora. Me lembro que algumas vezes eu fui brincar lá fora, eu tinha uma vizinha que era filha de emigrados da Espanha, mas minha mãe não me deixava muito...

Em outros momentos da entrevista, ela descreve o perfil exigente de sua mãe:

Mas uma vida bastante solitária assim, dentro de casa, com minha mãe meio que assim, regulando. Então eu lembro que, eu quando era pequenininha, eu não podia fazer barulho porque isso despertava a fúria da minha mãe. Ela não suportava barulho. Ela devia estar com tanto barulho dentro dela, sabe?! Com tantas histórias que ela tava passando, e uma puta contrariedade, né. Hoje retrospectivamente eu posso ver isso. Então eu tinha uma atmosfera na minha casa de uma mãe de expressão fechada, contida, que ficava nervosa por qualquer coisinha, que não suportava que eu fizesse barulho, então eu fui silenciada desde muito cedo. E meio apavorada, assim. Ela não queria que eu subisse em muro... porque ela tinha medo que eu caísse!

Não por acaso, Carolina brincava sozinha e em casa. Ela descreve esse momento com bastante carinho:

Eu ficava mais em casa, brincava de boneca, eu tinha aquele conjuntinho que sai água sabe?! Aquele conjuntinho de cozinha que sai água. Eu tinha esse. Daí eu ia na cozinha, eu roubava um pouquinho de, eu pedia um pouquinho de arroz, um pouquinho de açúcar, aí eu pegava as folhinhas, eu “clecleclecle” pra fazer os temperinhos... eu tinha as panelinhas de plástico, era super legal. E, eu gostava de brincar disso, eu tinha minhas bonecas também...

Se Carolina era impedida de brincar na rua, nada mais natural que suas brincadeiras refletissem o dia a dia o qual estava imersa, o dia a dia de sua mãe. Bassanezi (2000) traz em seu artigo um trecho do *Jornal das Moças* de 8 de junho de 1953:

[...] há brinquedos básicos que falam o idioma da humanidade inteira, e para estes não há possibilidade de passar da moda nem de época [...] uma menina é uma pequena mãe, e uma boneca sempre terá guarida em seus braços [...] um menino estará sempre por aquilo que reclamam sua destreza desportiva [...] Uma pessoa que vai fazer um presente de um brinquedo [para uma criança] deve procurar o simples, o que responda ao natural instinto da criança... (p.609)

Ser dona de casa, esposa e mãe era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos anos 50, a dedicação ao lar, o casamento e a maternidade eram considerados como parte da essência feminina; sem história e sem possibilidades de contestação. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. Aquela que não seguisse esses caminhos estaria indo contra a natureza (BASSANEZI, 2000). A distinção entre o brincar masculino e o feminino também tem relação com a determinação da prática esportiva aos meninos e a prescrição da ginástica às meninas com conteúdos repetitivos e movimentos sistematizados, como que em um “treinamento” para a função doméstica. E assim deveria seguir ao longo da vida. Poderia estudar, mas somente para aprender os afazeres domésticos, e não para sair às ruas e batalhar

um emprego. Essa função era atribuída ao marido, assim como a de sustentar a casa. Carolina parece ter tido uma educação neste sentido:

Meus pais queriam que eu casasse com um judeu que tivesse dinheiro e que eu trabalhasse por esporte. Que eu tivesse filhos, que meu marido fosse rico, e que eu trabalhasse porque... Que eu fosse uma mulher culta e que eu trabalhasse porque é legal trabalhar, mas não porque precisa.

De acordo com Bourdieu (1995) as condutas que diferenciam os gêneros sempre foram (e são) reforçadas, enquanto que aquelas opostas foram coibidas, sendo desencorajadas por serem tratadas como conduta imprópria. De fato, homens e mulheres possuem muitas diferenças biológicas, porém é a submissão da mulher ao homem com base nesta justificativa, é a hierarquização destas diferenças, que constitui um equívoco. As características biológicas são peculiares, mas não impeditivas com relação a determinados tipos de atividades. Porém, não é só a categoria de gênero que pode determinar a participação de meninos e meninas de numa atividade. O nível de habilidade também é fator fundamental. Carolina sempre se sentiu excluída das atividades físicas e esportivas durante a infância:

Teve um dia que eu fui com uma amiga brincar lá de queimada. E.... eu me lembro que desde então, naquela época, eu tenho registro de mim como uma perfeita pata! (risos). Sabe aquela coisa de criança que não te escolhe porque você é uma porcaria (risos). Eles não têm problema nenhum em te discriminar (risos). Ai, ai, eles já vão logo dizendo que você é um zero a esquerda e ponto né. (risos). E... foi um pouco assim comigo também né.

Existe aí uma hegemonia de compreender o semelhante como alguém de menor valor já que ele não participa do mesmo grupo social o qual os “habilidosos” participam, se ele não se assemelha de alguma forma a esse grupo. Por isso Carolina era destrutada através de ações e comportamentos de discriminação e

preconceito, e sentia até uma certa intolerância por parte daqueles que a destratava. E ela cresceu se achando realmente um “zero à esquerda” para as práticas corporais. Suas experiências na escola foram ainda mais traumáticas:

A minha parte de educação física na escola foi um zero a esquerda. Foi um dos lugares que mais eu me senti deficitária e discriminada. Foi um fracasso! O meu processo de, vamos dizer, escolarização para o corpo, foi um fracasso total. Porque eu tinha uma professora muito rígida, madame Monseur, que tinha um comportamento canadense (risos), sabe ginástica canadense?! Todo mundo em fila, faz isso, faz aquilo, e faz aquilo outro! E aquela coisa tipo, se você não fazia ela dava um coice em você, se você não fazia do jeito que tinha que fazer ela dava um coice, e qualquer coisa ela já chamava de preguiça, e “pu” (cospe no chão), preguiça é desprezível (risos). Enfim, era toda essa coisa horrível, né. E tipo, era pra subir numa corda com nós, e se você não conseguia subir você era altamente desprezada, não só por ela, como pro resto da classe.

Carolina narra esses acontecimentos quase que sem pausa para respirar. Percebe-se que foram episódios de sua vida que lhe marcaram muito. Mesmo porque, em outro momento da entrevista ela conta que, por conta de tanta cobrança por parte de sua mãe, ela sentia que tinha defeitos, que não era perfeita. E a sua incapacidade nas aulas de Educação Física só reforçou esse sentimento em Carolina. De acordo com Souza e Altmann (1999), as meninas não são excluídas nas turmas mistas de educação física por serem apenas meninas, mas assim como os meninos que ficam na reserva, são excluídas por serem mais fracas ou más jogadoras.

Vivências como essa dificultaram o seu processo de socialização, já que a participação nos jogos, brincadeiras e atividades esportivas na escola fazem parte deste processo. Segundo Castellani Filho (1994), as práticas escolares propostas nas aulas de Educação Física colaboram para a naturalização das habilidades, ou seja, uns nascem bons e aqueles que não se adaptam às atividades não são

reconhecidos como pertencentes daquele grupo e são facilmente discriminados. De acordo com Hall (1998), a identidade só pode ser compreendida em sua conexão imediata com a produção da diferença. A identidade pode garantir a possibilidade de uma pessoa ser reconhecida como membro de uma comunidade devido a uma série de características comuns a todos os seus componentes, o que lhe permite fazer parte, de alguma forma, de um determinado grupo social.

Carolina entrou num círculo vicioso, já que, vítima de preconceito pelos colegas e pela professora, ela só atestava as expectativas negativas de seus pares quando tinha que realizar algum movimento:

Aí na hora de jogar vôlei também eu era a última a ser chamada assim... quem ficava com os restos (risos). Ai... aí na hora de dar o saque né era aquela coisa tipo, não esperavam nada de mim, e eu me sentia tão exposta que eu dava um saque horroroso mesmo e só reforçava o problema.

Ela completa:

Então, de algum modo os professores também têm uma postura de exclusão, também com aqueles que não conseguem determinadas performances.

A intervenção do professor muitas vezes colabora não só para a construção de estereótipos ligados ao gênero, mas também para o aumento das desigualdades entre os alunos e alunas. Segundo Ferraz e colaboradores (2004), “as experiências das crianças nas escolas têm grande impacto duradouro, sejam negativas ou positivas” (p.115).

Essas construções negativas tiveram impacto significativo na vida de Carolina e refletem até hoje na sua vida:

Pra você ter uma idéia eu não aprendi a andar de bicicleta! Entendeu. Que é uma coisa que eu não sei até hoje! Porra bicho, e é uma

frustração isso. Eu falo: gente, todo mundo anda de bicicleta. A pessoa aluga uma bicicleta no parque, anda, e a pata aqui não vai! Um horror.

Hoje, Carolina, apesar de ter começado a se exercitar por motivos de saúde, como já vimos, parece querer descobrir o prazer do movimentar-se:

Mas de algum modo dentro de mim eu acho que, esse negócio da minha mãe ter me dito “fica quieta”, é uma coisa que ficou muito em mim, entende? Então assim, eu construí muita coisa boa e tal. Mas eu não me movimenteí. Então muito do trabalho que eu to fazendo agora com a personal tem a ver com resgatar uma imobilidade que ficou desde a infância, entende? Então é uma coisa que até me emociona pensar nisso. E é uma coisa que eu nunca consegui lidar com ela. Então agora eu to podendo me oferecer isso. Então esse negócio de começar a movimentar o corpo tem muito a ver também com essa questão de sair dessa imobilidade de algum modo. Do “fique quieta”, né. E de tentar realmente ir para um lugar que eu nunca fui. É um lugar de ter uma prática corporal... De saber andar de bicicleta... Sabe? De poder ir correr num parque

Essas conquistas soam como uma libertação para Carolina. Uma libertação de seu corpo que foi, durante muitos anos, silenciado, aprisionado, discriminado. O exercício agora parece ser a sua “carta de alforria”. No entanto, apesar desse discurso fenomenológico, Carolina termina a entrevista voltando ao velho estigma do exercício:

Eu já tô com 55, né Cada vez mais está sendo uma questão de qualidade de vida, né, porque eu pretendo morrer velha.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das narrativas de Eliane, Raquel e Carolina é possível afirmar que suas experiências na atividade física durante a infância e adolescência foram limitadas ou mesmo restritas pelas diversas relações sociais que elas viveram em seu contexto comunitário, entre elas, as de gênero. Estas afetaram não só o repertório motor de Eliane e Carolina, mas também seus olhares e postura em relação ao exercício e sua escolha em atividade física.

É possível perceber que a escolha de Eliane em fazer atividade física numa academia só para mulheres está associada a o que essa academia pode oferecer de exclusivo para ela. Ela que foi educada para ser mãe e teve experiências negativas em relação a prática de atividade física se sentiu acolhida num ambiente todo confeccionado para o feminino.

Raquel, que praticou vôlei na adolescência e sempre enxergou e viveu o exercício como aspecto de socialização, hoje se exercita numa das maiores redes de academia de São Paulo, em número de unidades e de alunos.

Carolina, filha única e que viveu uma infância e adolescência solitária, “imóvel”, teve poucas e traumáticas experiências esportivas e físicas ao longo da vida, hoje está aprendendo o que é o movimentar-se com prazer com a ajuda de um personal trainer, profissional que atua de forma exclusiva, que vai até a sua casa para cumprir a tarefa designada. Somente ele e ela estão presentes no momento da aula.

Nota-se que a história de vida dessas três mulheres foi fundamental para fazerem hoje as escolhas em diferentes maneiras de se exercitar. Não só as relações de gênero vividas ao longo de suas trajetórias na atividade física determinaram essa escolha, mas todas as relações sociais que cada uma delas viveu. As relações de gênero não apareceram na escola, no clube ou na rua de uma maneira contundente, mas sim na educação recebida e no olhar, conduta e comportamento de cada uma.

O discurso do prazer em se exercitar aparece sempre atrelado ao da saúde e da qualidade de vida. Ele está incorporado de uma tal forma que, nas narrativas, a atividade física aparece quase como um sinônimo de saúde e de aparência física.

É possível afirmar, e, no caso de Raquel, inferir, que esse discurso mascara objetivos relacionados à estética.

Portanto, pode-se perceber que essas escolhas não foram feitas de maneira completamente conscientes. Existe um grau de alienação, já que as três, mesmo fazendo suas opções de maneira aparentemente consciente, não conseguem reconhecer a consequência produzida pelas suas próprias escolhas. Ou seja, mesmo o discurso apresentando preocupações com a saúde e o cuidado com o corpo, este corpo aparece de maneira desassociada a Eliane, Raquel e Carolina. O que sustenta sua prática são discursos médicos e estéticos, deixando o corpo vivido de lado. Do corpo é falado, é idealizado, mas não é sentido como presença, como existencialidade, como significado em si mesmo. E este grau de alienação acontece exatamente por realizarem um ato sem significado.

Mesmo tomando posse do controle de seu corpo, essas mulheres não estão fazendo mais do que repetir grandes modelos tradicionais. É claro que existe um esforço, principalmente por parte de Carolina. Mas mesmo assim elas continuam submissas. Não mais aos homens e às funções domésticas, mas à triada da perfeição física: juventude, saúde e beleza.

Compreender de onde vieram e pra onde querem ir, nos ajudará a adequar o exercício não só para atingir esses ideais, mas para torná-lo um momento cheio de significado na vida de cada uma de nossas alunas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, M. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. *Estudos Feministas*. 11(2): 445-465, 2003.
- ANDREOTTI, M. C. *Fatores que Influenciam a Adesão de Idosos a um Programa de Educação Física Supervisionado*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1991.
- ANTUNES, L. G. *Cyrano digital: a busca por identidade em uma sociedade em transformação*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ARAÚJO, E. A Arte da Sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 3ª ed, São Paulo, Contexto, 45-77, 2000.
- BAENA, V.C.; BORREGO, I.G. La transcripción en historia oral: para un modelo "vivo" del paso de lo oral a lo escrito. *Historia, Antropología y fuentes orales*, v. 2, n. 18, 41-62, 1997.
- BASSANEZI, C. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 3ª ed, São Paulo, Contexto, 607-639, 2000.
- BENJAMIN, W. *Sobre o conceito de história*. Ensaio sobre literatura e história da cultura II. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- BETTI, M. *Educação Física e Sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.
- BLAY, E. A. Igualdade de Oportunidades para as Mulheres: construindo o caminho. In: BLAY, Eva Alterman (Org.). *Igualdade de oportunidades para as mulheres*. São Paulo: Humanitas, 9-20, 2002.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velho*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOSI, E. Sugestões para um jovem pesquisador. IN: Bosi, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 59-67, 2003.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, v.20, n. 2, 133-184, 1995.

- BRANDÃO, E. R. Discriminação de gênero e direitos humanos. *Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos*. Versão preliminar, 2006 (mimeo).
- BRAUNSTEIN, F. & PÉPIN, J. F. *O Lugar do Corpo na Cultura Ocidental*. Instituto Piaget, Lisboa, 2001.
- BRYSSON, V. *Feminist Political Theory*. London: Macmillan Press, 1992.
- CAMINHA, I. O. Corpo Vivido e Corpo Pulsional: um Diálogo entre Merleau-Ponty e Freud. In: CAMINHA, I. O. & ALMEIDA, R. M. *Narrativas do corpo: textos de psicopatologia fundamental*. Ed. Universitária, João Pessoa, 2009.
- CARVALHO, Y. M. Atividade Física e Saúde: onde está e quem é o “sujeito” da relação? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.22, n.2, 9-21, jan.2001.
- CARVALHO, T.; NÓBREGA, A.C.L.; LAZZOLI, J.K.; MAGNI, J.R.T.; REZENDE, L.; DRUMMOND, F.A.; OLIVEIRA, M.A.B.; DE ROSE, E.H.; ARAÚJO, C.G.S.; TEIXEIRA, J.A.C. Posição oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte: atividade física e saúde. *Rev Bras Med Esport*, 2 (4), out-dez, 79-81, 1996.
- CASTELLANI FILHO, L. Da história que nos é contada para o revelar de uma outra história. In: *Educação Física no Brasil: A história que não se conta*. Campinas, SP: Papirus, 33-124, 1994.
- CHAMBOULEYRON, I. C. *A tensão entre modernidade e pós-modernidade na crítica à exclusão*. Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____, M. Senso comum e transparência. In: LERNER, J. (Ed.). *O Preconceito*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1996, 1997.
- COSTA, A. M. *Atividade Física e a Relação com a Qualidade de Vida, Ansiedade e Depressão em Pessoas com Seqüelas de Acidente Vascular Cerebral Isquêmico (AVCI)*. Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n], 2000.
- COSTA, J. F. *O Vestígio e a Aura – Corpo e Consumismo na Moral do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

- CRUZ, L. O. *Indo na onda: mulheres surfistas e seus corpos*. Trabalho de monografia apresentado a Faculdade de Educação Física da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tamboré: SP, 2004.
- DAMICO, J. G. S. O cuidado com o corpo como estratégia de sujeitos generificados. *Movimento*, 13 (1), 2007.
- DAOLIO, J. *A construção cultural do corpo feminino, ou o risco de transformar meninas em “antas”*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- DEL PRIORE, M. *A Mulher na História do Brasil*. Raízes históricas do machismo brasileiro / A mulher no imaginário social / “Lugar de mulher é na história”. Coleção Repensando a História. 2ª ed, São Paulo, Contexto, 1989.
- _____, M. *Corpo a Corpo com a Mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Senac São Paulo, 2000.
- _____, Mary. *Histórias do cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____, M. Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 3ª ed, São Paulo: Contexto, 2000, 78-114, 2000.
- DISHMAN, R.K. Exercise adherence. In: SINGER, R.; MURPHEY, M.; TENNANT, L.K., (eds.). *Handbook of research on sport psychology*. New York, Macmillan, cap.36, 779-98, 1993.
- EDMONDS, A. No universo da beleza: Notas de campo sobre cirurgia plástica no Rio de Janeiro. In: GOLDENBERG, M. (org). *Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Record, 189-261, 2002.
- FERRAZ, O.L. et al. Pedagogia do Movimento Humano: pesquisa do ensino e da preparação profissional. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, v.18, 111-22, ago 2004.
- FERREIRA, A.B.H. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Impress, 2000.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- FREYRE, G. *Casa grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____, G. *Modos de homem e modas de mulher*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- GALIMBERTI, U. *Il Corpo*. Milano: Feltrinelli, CAP, 2003.
- GIL, J. *Metamorfoses do corpo*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.

- GOELLNER, S. V. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Física*. Ijuí : Unijuí, 2003, (Coleção educação física).
- _____, S. V. Mulher e Esporte no Brasil: fragmento de uma história generificada. In: Antonio Carlos Simões e Jorge Dorfman Knijnik (orgs). *O mundo psicossocial da mulher no esporte: Comportamento, Gênero, Desempenho*. São Paulo, Aleph, 359-373, 2004.
- GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo; A metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1986.
- GOLDENBERG, M. De Amélias a Operárias: um ensaio sobre os conflitos femininos no mercado de trabalho e nas relações conjugais. In: GOLDENBERG, M. (org.), *Os novos desejos*. Rio de Janeiro: Record, 107-123, 2000.
- GOLDENBERG, M. *Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GONÇALVES, E. *Pensando o Gênero como Categoria de Análise*. Estudos de Gênero. Universidade Católica de Goiás. Programa Interdisciplinar da Mulher. Goiânia: ed. UCG, 41-60, 1998 (Cadernos de Área; 7).
- GORDIS, L. *Epidemiologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.
- GUSMÃO, N. M. A maturidade e a velhice: um olhar antropológico. In: NERI, A. L. (org) *Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas:Papirus, 113-139, 2001, (Coleção Vivacidade).
- HAHNER, J. E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HALL, S. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- HEILBORN, M. L. De que gênero estamos falando? In: *Sexualidade, Gênero e Sociedade*. Ano1, n.2, CEPESC/IMS/UERJ, 1994.
- JUNIOR, H. S.; SCAGLIUSI, F. B.; SIMÕES, A.C. Mulher, comportamento e práticas sociais esportivas: a influência da ditadura da beleza. In: SIMÕES, A.C. & KNIJNIK, J. D. (orgs). *O mundo psicossocial da mulher no esporte: Comportamento, Gênero, Desempenho*. São Paulo, Aleph, 87-107, 2004.

- KENNARD, J.; CARTER, J. M. In the beginning: the ancient and medieval worlds. In: COSTA, D. M. & GUTHRIE, S.R. (eds.) *Women and sport: interdisciplinary perspectives*. Champaign: Human Kinetics, 1994.
- KNIJNIK, J. D. & CRUZ, L. O. Mulheres ao mar: surfe e identidades femininas em transição. In: SIMÕES, A.C. & KNIJNIK, J. D. (orgs). *O mundo psicossocial da mulher no esporte: Comportamento, Gênero, Desempenho*. São Paulo, Aleph, 253-276, 2004.
- KNIJNIK, J. D. & SANTOS, S. C. Motivos de Adesão à Prática de Atividade Física na Vida Adulta Intermediária. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*. Ano 5, n. 1, 23-34, 2006.
- LOURO, G. L. Educação e Gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. In: SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C. (Orgs) *Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MALYSSE, S. Em busca dos (H)alteres-ego: Olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca. In: GOLDENBERG, M. (org). *Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Record, 79-137, 2002.
- MATSUDO, S. M. Atividade física na promoção da saúde e qualidade de vida no envelhecimento. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp.*, São Paulo, v.20, Suplemento n.5, 135-137, set. 2006.
- MAUSS, M. As técnicas corporais. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.
- MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência, saúde coletiva*. Abrasco, Rio de Janeiro, v.5, n.1, 2000.
- MOORE, H. Compreendendo sexo e gênero. In: INGOLD, T. *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London, Routledge, 1997.
- NAHAS, M. V. *Atividade Física e Qualidade de Vida*. 2º ed. Londrina: Midiograf, 2001.
- NARVAS, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, 647-654, Set. 2006.

- NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: NETO, V. M. & TRIVIÑOS, A. N. S. (orgs) *A Pesquisa Qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, Sulina, 61-93, 2004
- NOVAES, J. V. *Corpo e Prazer: o corpo do consumo e o consumo do corpo*. Mimeo, Rio de Janeiro: PUC, 1997.
- _____, J. V. Mulher e beleza: Em busca do corpo perfeito: práticas corporais e regulação social. *Cadernos do Tempo Psicanalítico*, 33, 37-54, 2001.
- _____, J. V. *O intolerável peso da feiúra*. Sobre as mulheres e seus corpos. Rio de Janeiro. Ed. PUC/Garamond, 2006.
- OKUMA, S. S. *O idoso e a atividade física*. Campinas, SP: Papyrus, 1998 (Coleção Viva idade).
- PENNA, L. *Corpo Sofrido e Mal-amado: as experiências da mulher com o próprio corpo*. São Paulo: Summus, 1989
- PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 127-150, 1992.
- _____, C. R. J. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).
- POIRIER, J.; VALLADON, S. C.; RAYBAUT, P. *Histórias de vida: teoria e prática*. Lisboa: Celta, 1999.
- RAGO, M. *Adeus ao Feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil*. Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996.
- RAGO, M. Globalização e imaginário sexual, ou “Denise está chamando”. In: ROMERO, E.; PEREIRA, E. G. B. (org.) *Universo do Corpo: masculinidades e feminilidades*. Rio de Janeiro: Shape, 23-31, 2008.
- REALE, G. *Corpo, alma e saúde: o conceito de homem de Homero e Platão*. São Paulo: Paulus, 2002.
- RESENDE, H. G.; SOARES, A. J. G. Conhecimento e Especificidade da Educação Física Escolar, na Perspectiva da Cultura Corporal. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, supl.2, 49-59, 1996.

- RIBEIRO, J. S. B. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. *Cadernos Pagu* (26), 145-168, janeiro-junho de 2006.
- RODRIGUES, J. C. *O Corpo na História*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- RUBIO, K. A história de vida como método e instrumento para a apreensão do imaginário esportivo contemporâneo. *Motus Corporis*. Rio de Janeiro, v.11, n.01, p.09-21, 2003.
- RUBIO, K. *Memória e imaginário de atletas medalhistas olímpicos brasileiros*. Tese de Livre Docência apresentada à Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- SANT'ANNA, D. B. É possível Realizar uma História do Corpo? In: SOARES, C. (org.) *Corpo e História*. Ed. autores associados, Campinas, SP, 2001, (coleção educação contemporânea).
- SANT'ANNA, D. B. *Políticas do corpo*. Estação Liberdade: São Paulo, 1995.
- SANTIN, S. O corpo simplesmente corpo. *Revista Movimento*. Porto Alegre, v. 1, n.15, 57-73, 2001.
- SARTI, C. A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. XXI Congresso Internacional da LASA, Chicago, 24-26 de setembro de 1998.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 71-99, jul./dez. 1995.
- SHUPUN, M. R. *Beleza em Jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: SENAC/Boitempo editorial, 1999.
- SILVA, A. M.; DAOLIO, J. Análise etnográfica das relações de gênero em brincadeiras realizadas por um grupo de crianças de pré-escola: contribuições para uma pesquisa em busca dos significados. *Movimento*, Porto Alegre, v.13, n.01, jan/abr, 13-37, 2007.
- SOUSA, E. S. & ALTMANN, H. *Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar*. Cad. CEDES, ago, vol.19, no.48, 52-68, 1999.
- TELES, M. A. da A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1993.

TUCKER, P. & MONEY, J. *Os papéis sexuais*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

WILSHIRE, D. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, A.M. & BORDO, S.R. (orgs.) *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro, Record: Rosas dos Tempos. Coleção Gênero, 101-125, 1997.

WORD HEALTH ORGANIZATION, Health Promotion Glossary. *Word Health Organization*, Geneva, 1998.

Fontes eletrônicas

CASTRO, A. L. *Culto al Cuerpo, Modernidad y Medios de Cominicacion*. UNICAMP/FAPESP [Artigo Científico]. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, ano 3, n.9, mar.1998. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com.htm>>, acessado em 10 de fevereiro de 2008.

LOPES, M. M. *Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, suplemento, p.73-95, jun. 2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15s0/04.pdf>>, acessado em 08 de setembro de 2010.

NOVAES, J. V. *O dever moral de ser bela: Feiúra e exclusão social*. Disponível em: <http://www.abihpec.org.br/noticias_texto.php?id=830>, acessado em 15 de novembro de 2010.

NOVAES, J.V. Sobre a tirania da beleza. *REVISTA POLÊMICA*, v. 18, 2007. Disponível em: <http://www.polemica.uerj.br/pol18/oficinas/lipis_4.htm>, acessado em 15 de novembro de 2010.

NOVAES, J. V. & VILHENA, J. *Meu corpo, minha prisão... Em busca do corpo ideal*. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 2006. Disponível em: <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/anais2006/4.5.3.1.htm>>, acessado em 15 de novembro de 2010.

SOMBRIO, M.M.O.; LOPES, M.M.; VELHO, L.M.L.S. Práticas e Disputas em torno do patrimônio científico-cultural: Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p.311-327, jan/jun 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v24n39/a15v24n39.pdf>>, acessado em 8 de setembro de 2010.

SOUSA, L.G.P.; SOMBRIO, M.M.O.; LOPES, M.M. Para ler Bertha Lutz. Cadernos Pagu (24), janeiro-junho de 2005, pp.315-325. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a16.pdf>>, acessado em 08 de setembro de 2010.

APÊNDICE

O guia, elaborado para servir de fio condutor da entrevista, teve uma estrutura básica subdividida em três partes principais: a primeira constou de dados de identificação pessoal, a segunda de dados referentes a situações vividas na infância e na adolescência em relação às práticas corporais e ao exercício, e a terceira, situações recentes e presentes em relação a essas práticas.

Primeira parte – identificação:

Nome / idade / local e ano de nascimento / local de moradia / formação / local onde estudou / profissão

Segunda parte – referente a situações vividas ao longo da vida em relação à atividade física:

Conte-me sua história de vida

- Sua história na educação física, nas práticas corporais e esportivas

Terceira parte - situações recentes e presentes em relação à atividade física:

Conte-me sobre suas experiências recentes e atuais nas atividades físicas, corporais e esportivas.

- Sentimentos